

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GUSTAVO HENRIQUE FEDDERSEN

CHINA E TAIWAN: EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERESTREITO

PORTO ALEGRE

2013

GUSTAVO HENRIQUE FEDDERSEN

CHINA E TAIWAN: EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERESTREITO

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

PORTO ALEGRE

2013

GUSTAVO HENRIQUE FEDDERSEN

CHINA E TAIWAN: EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERESTREITO

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

UFRGS

Dedico esse trabalho à minha mãe, Rogéria Maria Modena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Prof. José Miguel Martins, pela orientação, indicações, conversas, atenção, *insights* (não só durante a elaboração desse trabalho, mas também durante minha graduação), e, principalmente, pela paciência com minhas falhas.

Agradeço também aos demais professores do Curso de Relações Internacionais, pelos ensinamentos durante esses quatro anos.

Agradeço aos colegas de estudo Bruno Magno, Marcelo Kanter, João Chiarelli, João Arthur Reis, Guilherme Simionato, Erik Ribeiro, João Gabriel Burmann, Pedro Brites, Rômulo Pitt, Athos Munhoz e Giovana Zuccatto, pela ajuda durante a elaboração tanto dessa monografia quanto dos artigos e trabalhos que a precederam e me ensinaram a apreciar os estudos asiáticos.

Agradeço aos colegas de trabalho pela ajuda durante o período de escrita desse trabalho.

Agradeço aos colegas do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia, pelas atividades que possibilitaram grande parte do aprendizado necessário para realização desse estudo.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha mãe Rogéria Maria Modena, meu irmão Eric Feddersen, minha tia Zuleica Modena e meu primo Marco Centeno, aos quais eu devo basicamente tudo, não tendo capacidade de colocar por extenso tudo a que sou grato a eles aqui.

NOTA DE TRANSLITERAÇÃO

Preferiu-se, neste trabalho, utilizar-se da transliteração Pinyin, a utilizada oficialmente pelo governo da República Popular da China e em Taiwan. Portanto, nomes conhecidos como Chiang Kai-shek e Kuomintang foram trocados para Jiang Jieshi e Guomindang, por exemplo. Procurou-se, junto aos nomes mais consagrados no sistema antigo (Wade-Giles), indicar como era feita a transliteração normalmente na primeira vez que eles aparecerem, entre parênteses e em itálico.

RESUMO

Este trabalho se propõe a realizar um estudo de caso das relações da República Popular da China (RPC, ou China continental) com o governo da Ilha de Taiwan (também chamada de Ilha de Formosa). O seu objetivo é analisar a evolução das relações interestreito de Taiwan com vistas a demonstrar como tal desenvolvimento afeta as perspectivas da dinâmica do Leste Asiático. Atualmente, com a eleição de Ma Yingjiu em 2008 e a volta do Guomindang para o poder em Taiwan, houve um período de distensão nas relações interestreito e aproximação China-Taiwan. Entretanto, nota-se um elemento de contratendência que se insere com a proposta estadunidense do “Século Americano do Pacífico”. Para se realizar a análise aqui proposta, recorre-se a uma análise histórica dos eventos mais importantes após a separação até a eleição de Ma, análise que será tema do primeiro capítulo. A partir dela se procura mostrar como estão relacionadas as crises do Estreito com o reposicionamento estratégico chinês, que afetam as relações interestreito e a dinâmica regional hoje. No segundo capítulo se analisa a situação atual das relações interestreito, a fim de mostrar as tendências que guiam hoje a aproximação. Procura se mostrar que a base das relações atuais China-Taiwan são a economia e o diálogo, e como se convergem os interesses em questões externas e de segurança. No terceiro capítulo, a situação da política regional no que tange as relações interestreito são analisadas a partir da polarização da região, da doutrina militar e da construção de capacidades das partes envolvidas, comparando-as a outros trabalhos da área sobre a ascensão chinesa. Por fim, o trabalho conclui que, de forma análoga que a aproximação China-Taiwan veio como prelúdio da aproximação China-Japão, as recentes tensões entre esses dois últimos colocam a contingência da reversão das tendências, e Taiwan pode ser o pivô da volta dos Estados Unidos ao Pacífico e seu rebalanceamento à China.

ABSTRACT

This paper aims to conduct a case study of the People's Republic of China (PRC or mainland China) relations with the government of Taiwan Island (also called the Island of Formosa). Its goal is to analyze the evolution of cross-strait relations in order to demonstrate how this development affects the prospects of the dynamics of East Asia. Currently, with the election of Ma Ying-jeou in 2008 and the return to power of the Kuomintang in Taiwan, there was a period of détente in cross-strait relations and China-Taiwan rapprochement. However, there is an element of counter-trend that fits with the U.S. proposal of "American Pacific Century". To perform the analysis proposed here, we resort to a historical analysis of the most important events after separation until the election of Ma, which will be the subject of the first chapter. From there, we try to show how the Strait Crises are related to the Chinese strategic repositioning, affecting cross-strait relations and regional dynamics today. In the second chapter, we analyze the current situation of cross-strait relations in order to show trends that drive today's approach. We seek to show, then, the basis of current China-Taiwan relations regarding economics and dialogue, and how they converge to the interests in foreign and security matters. In the third chapter, the situation of regional policy regarding the cross-strait relationships are analyzed from the polarization of the region, the military doctrine and capacity building of stakeholders, comparing them to the bibliography of the area about China's rise. Finally, the paper concludes that, analogously to the China-Taiwan rapprochement came as a prelude to closer China-Japan, recent tensions between the two latter put the contingency reversal of trends, and Taiwan could be the pivot of the United States return to the Pacific and its rebalancing to China.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES: DA SEPARAÇÃO À ELEIÇÃO DE MA YINGJIU.....	12
2.1	O Legado de Jiang Jieshi: as crises do Estreito.....	13
2.2	O Legado de Jiang Jinguo: a Revolução Nacional.....	18
2.3	O Papel de Taiwan na Ascensão do Pacífico: Aproximação com a China.....	22
2.4	Resultados preliminares: balanço da experiência pré-2008.....	28
3	SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERESTREITO.....	30
3.1	Comércio e Investimento: novo quadro de cooperação pós-2008.....	30
3.2	Contatos Oficiais: o diálogo como moderador da aproximação.....	37
3.3	Resultados Preliminares: interesses convergentes	40
4	SITUAÇÃO DA POLÍTICA REGIONAL.....	42
4.1	Doutrina chinesa anti-secessão e projeções estimativas de intervenção interestreito	43
4.2	Breve comparação das capacidades estadunidenses e chinesas.....	49
4.3	Perspectivas da doutrina e das capacidades taiwanesas	57
4.4	Resultados preliminares: os efeitos da ascensão chinesa e da aproximação.....	62
5	CONCLUSÕES.....	68
	REFERÊNCIAS.....	71

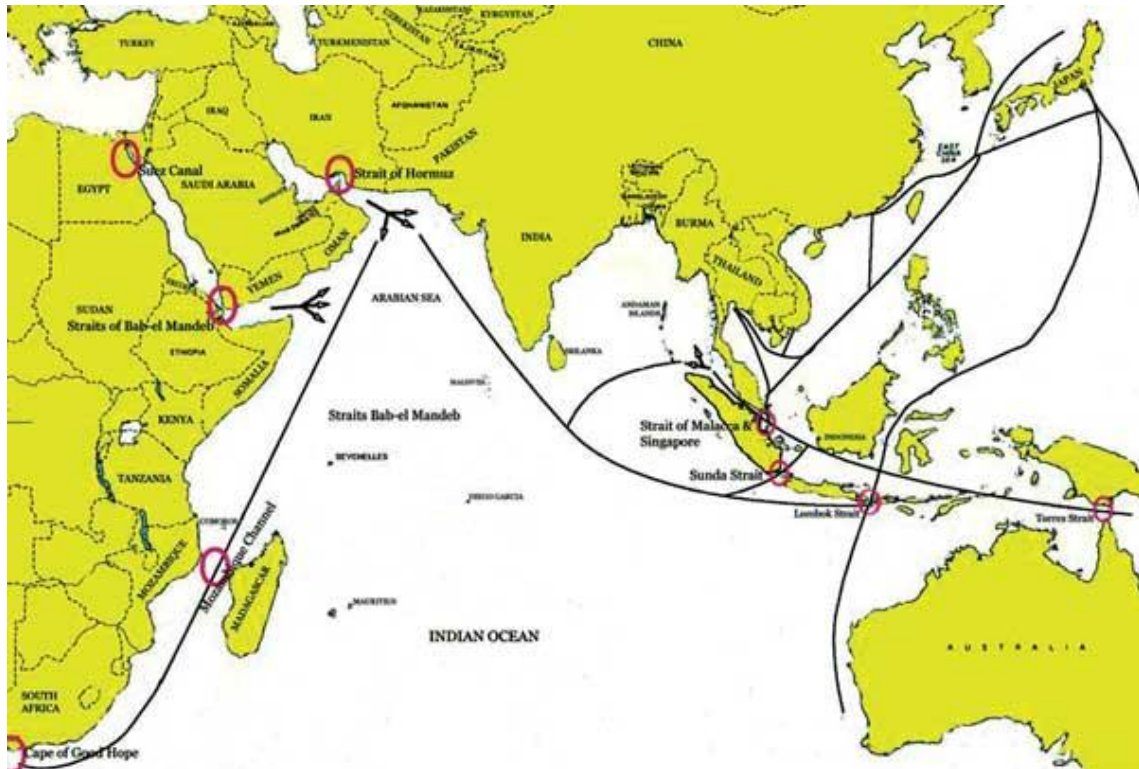
1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a realizar um estudo de caso das relações da República Popular da China (RPC, ou China continental) com o governo da Ilha de Taiwan (também chamada de Ilha de Formosa). O seu objetivo é analisar a evolução das relações interestreito de Taiwan com vistas a demonstrar como tal desenvolvimento afeta as perspectivas da dinâmica do Leste Asiático. Em outras palavras, cumpre aqui apreender do processo histórico e da situação atual os fatores que influem na polarização, na correlação de forças e na política da região.

A importância estratégica de Taiwan no Leste Asiático pode ser observada em diversos momentos emblemáticos. O Japão pôde, a partir da Ilha, projetar suas forças para dentro do continente, através dos rios e garantir o controle do Mar Amarelo e do Leste da China. Mais tarde, no evento da eclosão da Segunda Guerra Sino-japonesa, foi o controle de Taiwan que permitiu a utilização do bombardeio estratégico sobre os alvos civis de Xangai e Nanjim, que causaram mais de 300.000 mortes do lado chinês (BBC, 2005). Depois disso, na Guerra da Coreia, a entrada da China se deu por causa da percepção de participação taiwanesa no conflito. O General MacArthur, dos Estados Unidos, propunha a utilização de soldados da Ilha para lutar contra os comunistas na península (VISENTINI, 2013). Isso trouxe a suspeita de que Taiwan poderia estar armando uma manobra de envolvimento para abordar a China a partir da Ilha, pelo Rio Yangtzé e pelo Rio das Pérolas, e da Península, tomando a Manchúria e marchando para Pequim.

No ponto em que a geoestratégia tangencia a logística econômica regional, Taiwan se encontra em posição chave para projeção sobre as Linhas de Comunicação Marítimas (Sea Lines of Communication, SLOCs na sigla em inglês) do Pacífico Ocidental (v. figura 1). Essas linhas de comunicação são as rotas que abastecem por mar as necessidades dos países da região em questão de insumos para a produção industrial, como petróleo e gás natural.

Figura 1.1: Linhas de Comunicação Marítimas no Oceano Índico e no Pacífico Ocidental.



Fonte: Indian Defense Review¹

Devido à fraca infraestrutura terrestre que liga a China ao interior da Eurásia, grande parte do fornecimento de energia fóssil do país vem através das SLOCs. Japão, por ser um país insular, e Coreia do Sul, por causa da tensão com a Coreia do Norte, necessitam também do abastecimento marítimo para manutenção da sua indústria. Isso faz de Taiwan um ponto chave para esses países na questão securitária. Japão e Coreia do Sul veem que sua economia poderia ficar ameaçada caso a China, ao tomar posse novamente de Taiwan, obtivesse uma projeção muito maior sobre o Estreito de Luzon e o controle completo do Estreito de Taiwan.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além desta Introdução e da Conclusão. O primeiro capítulo procura realizar uma análise histórica dos principais eventos que levaram à situação observada hoje. Ele se divide em três seções, além dos resultados preliminares: uma análise das três crises do Estreito e seu resultado sobre o posicionamento estratégico da China; uma análise das reformas do Guomintang (*Kuomintang*)(GMD) que levam, em primeiro lugar, à realização da Revolução Nacional na Ilha, e, em segundo, ao reposicionamento em relação à China; e, por fim, a dinâmica da integração econômica e da interferência externa nas relações

¹ Disponível em: <http://www.indiandefencereview.com/wp-content/uploads/2012/02/Indian_SLOC-300x220.jpg>.

interestreito. Esse capítulo conclui mostrando como essas três análises se colocam como faces diferentes de um mesmo processo histórico, evidenciando, cada qual, forças motrizes que levam juntas ao resultado visto hoje, de aproximação.

O segundo capítulo do desenvolvimento abarca a situação atual das relações interestreito, evidenciando os esforços de aproximação desde a eleição de 2008, que reconduziu o GMD ao poder. Ele está dividido em duas seções, além dos resultados preliminares. A primeira seção se destina a analisar os processos econômicos, de comércio e investimento, que tornam as economias da China continental e de Taiwan integradas. A segunda seção mostra os esforços políticos que moderam a aproximação. Por fim, o capítulo conclui apontando para questões de convergência em questões externas e de segurança.

O terceiro capítulo do desenvolvimento procura analisar a dinâmica política e estratégica do Leste Asiático no que tange a questão de Taiwan. A polarização regional é avaliada na perspectiva da evolução das relações interestreito, com análise da doutrina das partes desenvolvidas e sua construção de capacidades. O capítulo é composto por essa análise, em uma seção única, e pelos resultados preliminares, que procuram comparar a bibliografia produzida sobre a ascensão chinesa com o que pode ser depreendido da análise dos capítulos anteriores e de observações empíricas acerca das capacidades analisadas no capítulo e da política regional.

Por fim, o trabalho conclui mostrando efeito da aproximação China-Taiwan na dinâmica do Leste Asiático, e como os eventos recentes influenciam essa mesma relação. Importa para tanto, além de compreender os processos históricos que nos colocam na situação atual, entender também a estratégia do *establishment* estadunidense para a Ásia e a mudança de postura do Japão, que passa, ao que parece, a aderir ao plano estadunidense de rebalanceamento da China. Se coloca, então, o que o autor observa como as perspectivas para a política da região.

2 EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES: DA SEPARAÇÃO À ELEIÇÃO DE MA YINGJIU

Esse capítulo pretende descrever e analisar elementos relevantes na história do Guomindang (GMD) e de Taiwan para o relacionamento interestreito e para a dinâmica do Leste Asiático. Suas seções estão estruturadas a fim de seguir uma ordem analítica, não se propondo a realizar uma narrativa cronológica da história da Ilha de Taiwan, mas sim uma abordagem temática. Em diferentes seções poderão ocorrer análises e descrições de um mesmo período histórico, mas tratado em óticas diversas e perspectivas distintas dependendo do tema abordado. A organização em cortes analíticos ajuda a melhor identificar questões que irão nortear o primeiro capítulo. Não se faz necessária a descrição pormenorizada do desenrolar histórico da China ou de Taiwan, pois além de fugir do escopo do trabalho, que é o de entender a situação das relações interestreito e sua relação com a dinâmica do Leste Asiático, tais estudos podem ser encontrados nos livros de Paulo Gilberto Visentini (2013) e Paulo Pereira Pinto (2005) de forma muito melhor elaborada do que o autor teria condições de fazer.

Dessa forma, o capítulo está estruturado em três seções, abordando as seguintes questões: (i) como as relações interestreito afetam as relações da República Popular da China (RPC) com os Estados Unidos da América e com o sistema internacional; (ii) como e por que ocorreu uma Revolução Nacional em Taiwan; e (iii), a partir de sua revolução nacional, qual o papel de Taiwan na ascensão da China e do Pacífico.

Na primeira seção, analisam-se as três Crises do Estreito de Taiwan (1954-5, 1958-9 e 1995-6). Essa análise se faz importante, primeiramente, devido à posição estratégica de Taiwan em relação à China continental, sendo na prática uma porta de entrada, em termos militares, para a RPC. Em segundo lugar, evidencia-se nesses episódios o potencial papel destabilizador dos Estados Unidos para as relações interestreito. Por fim, procura-se avaliar o impacto que as três crises tiveram sobre as partes e seu relacionamento. Tal seção procura mostrar as razões da importância conferida à Taiwan pela RPC e como a Ilha se coloca como principal fator de engessamento das relações China-EUA. Além disso, as crises se relacionam com próxima seção do capítulo, tanto como uma das causas das reformas e do desenvolvimento, tendo em vista a construção das capacidades para fazer frente à China, quanto como consequência das diferenças internas do GMD, que inclusive levam ao do partido após a democratização.

Na segunda seção se aborda o processo de Revolução Nacional em Taiwan a partir da fracassada experiência do GMD de gestão da guerra (a segunda guerra sino-japonesa e a guerra

civil) na China continental até suas subsequentes reformas nas décadas de 1950 e 1980. O GMD passou de um governo oligárquico para, após suas reformas, um Estado corporativo, com uma burocracia e um corpo militar profissionalizado, um complexo militar industrial capaz de produzir as capacidades básicas para defesa da Ilha, e capaz de instrumentalizar os investimentos externos para sua própria industrialização. A partir disso, podem se reconhecer claramente duas alas no GMD, uma mais identificada com o pensamento de Jiang Jieshi (*Chiang Kai-shek*) focado no antagonismo aos comunistas, e outra comprometida com as reformas de Jiang Jinguo (*Chiang Ching-kuo*). O objetivo dessa seção é ilustrar o processo interno que permitiu a Taiwan ter voz ativa tanto nas relações interestreito quanto na dinâmica do Leste Asiático.

Por fim, a terceira mostra como se deu a evolução da interpenetração econômica que aproxima China e Taiwan, como resultado das reformas e, ao mesmo tempo, causando reações diferentes dentro do GMD e nos outros países da região. O movimento de aproximação econômica, que ganha força na década de 80 a partir das políticas implementadas por ambos os lados, é moderado pelas instituições políticas que são criadas conforme a necessidade de se controlar o processo. Além disso, se insere aí a questão da interveniência estadunidense nos assuntos interestreito, bem como o papel dos demais atores da região. O capítulo é concluído se apontando quais os resultados extraídos da experiência histórica que interferem nas relações interestreito atualmente, tema do segundo capítulo do desenvolvimento do trabalho, e na dinâmica do Leste Asiático e seus impactos no sistema internacional, tema do terceiro capítulo.

2.1 O Legado de Jiang Jieshi: as crises do Estreito

Após a radicação de Jiang Jieshi e dos nacionalistas chineses na ilha de Taiwan, como consequência direta da Revolução Chinesa de 1949, seguiram-se uma série de crises entre a República Popular da China e Taiwan. A primeira delas ocorreu no biênio de 1954-1955, após Jiang Jieshi enviar 73.000 homens para as ilhas de Quemoy e Matsu, localizadas há poucos quilômetros do continente e consideradas pelos nacionalistas como base para a reconquista da China continental. A iniciativa fez escalar as tensões interestreito e provocou um ataque dos comunistas às ilhas em setembro de 1954. Truman, em 1950, havia declarado que os Estados Unidos não interviriam em um conflito entre os comunistas e os nacionalistas. Entretanto, Eisenhower desfaz essa abordagem, e ao enviar a 7ª Frota para o Estreito, “colocou a Taiwan sob proteção estadunidense e chancelou o movimento agressivo de Jiang Jieshi contra a China” (VISENTINI, 2013: 108). Além das implicações diretas, a crise estava inserida em um contexto

maior, dentro do espectro securitário asiático da guerra fria e das relações sino-soviéticas e entre Taiwan e Estados Unidos. Neste ínterim, os americanos recomendaram aos nacionalistas chineses, em diversas ocasiões, o uso de bombas estratégicas, e ficou claro que o apoio americano aos nacionalistas foi maior que o apoio soviético à China continental:

“Em setembro de 1954, o Estado-Maior Conjunto dos EUA indicou a possibilidade de armas nucleares contra a China. Em março de 1955, em encontro do Conselho de Segurança Nacional, John Foster Dulles declarou que o povo americano deveria estar preparado para um ataque nuclear contra a China. Cinco dias depois, Dulles declarou publicamente que os EUA estavam considerando seriamente utilizar armas nucleares na região de Quemoy (Quemoy) e Mazu. No dia seguinte, o presidente Eisenhower declarou ‘bombas-A podem ser usadas como se usam balas’. Os ministros das relações exteriores da OTAN se opuseram a tal possibilidade, mas, mesmo assim, o Estado-maior da Marinha declarou que o presidente planejava ‘destruir o potencial militar da China vermelha, prevendo uma guerra para meados de abril’. Restou à China ceder. Em 23 de abril de 1955, durante a Conferência de Bandung, a China declarou que estava pronta para entrar em negociações, e se deu a Crise por encerrado”. (VISENTINI, 2013: 108)

Durante a crise, os americanos e os nacionalistas chineses assinaram o Tratado Sino-Americano de Defesa Mútua (TSADM), em que os EUA comprometiam-se a defender Taiwan e as Ilhas Pescadores na eventualidade de um ataque chinês² (TAIWAN, 1954). O resultado da crise pode ser sintetizado em alguns pontos mais importantes, isto é, o advento do Grande Salto Adiante, quando Mao percebeu que o apoio estadunidense à Taiwan era muito maior que o apoio soviético à China, e o consequente esfriamento das relações sino-soviéticas, que pavimentaria o caminho para o racha anos depois. Essa sequência de eventos passou pelo debate acerca da construção de capacidades da RPC, se pelo desenvolvimento econômico ou pelo investimento militar. O primeiro modelo, proposto por Peng Dehuai, marechal do ELP, defendia que o guarda-chuva nuclear soviético era o suficiente em termos de defesa para se prevenir de um ataque estadunidense, permitindo à China se focar no desenvolvimento de uma infraestrutura e economia fortes, que trariam um setor de defesa militarmente mais capaz com o tempo. O segundo era defendido pelos também marechais Liu Bocheng e Ye Jianying, que viam na ameaça do cercamento estadunidense com armas nucleares o imperativo para a construção de um setor de defesa tecnologicamente superior como prioridade sobre as questões econômicas. O modelo de Peng, da promoção do desenvolvimento econômico como precedente à construção de capacidades, saiu vitorioso (VISENTINI *et al.*, 2013:108).

² O tratado não mencionava as ilhas Quemoy e Matsu, evidenciando a contrariedade estadunidense da presença dos nacionalistas nas ilhas;

Após cessarem os ataques da China comunista às ilhas, as tensões não tiveram redução significativa, de maneira em que os nacionalistas aumentavam a sua presença nas ilhas Quemoy e Matsu, e os comunistas aumentavam o contingente militar na porção continental próxima às ilhas, além de tentar barganhar maior apoio junto aos soviéticos. Tendo em vista o aumento da tensão e excesso de exposição a novos ataques, o governo de Eisenhower era contrário à presença dos nacionalistas nas ilhas e tentava convencê-los a deixar o território. As tentativas foram falhas; os nacionalistas permaneceram e os americanos instalaram o Sistema MGM-1 Matador³ nas ilhas de Quemoy e Matsu. O MGM-1 tinha a capacidade de espalhar grande quantidade de radiação de forma barata, utilizando-se de mísseis cruzadores, que poupava os mísseis balísticos intercontinentais (ICBM, na sigla em inglês⁴) para uso contra a União Soviética. A instalação do sistema gerou temor por parte da China continental de uma reprodução, desta vez com características nucleares, dos bombardeios estratégicos de Nanquim e Xangai, que aconteceram alguns anos antes também utilizando Taiwan como ponte aérea e deixando aproximadamente 300.000 mortos, episódio ainda na memória da população e do Partido Comunista Chinês (PCCCh). A sua repetição, agora através de mísseis norte-americanos equipados com ogivas nucleares, era inadmissível. Além disso, havia a preocupação que, de forma análoga aos sistemas de mísseis na Europa ocidental, Taiwan teria controle sobre o MGM-1. Um cenário provavelmente imaginado pelos dirigentes chineses seria o uso das armas pelos Estados Unidos e responsabilização dos nacionalistas (VISENTINI, 2013: 109-10).

Constatando tal ameaça, Pequim buscou junto à Moscou armas nucleares, com o intuito de balancear o poderio nuclear instalado na ilha e garantir que Taiwan não utilizasse seu arsenal estadunidense. A liderança soviética não estava disposta a sacrificar a sua política de coexistência pacífica, e negou o pedido chinês. A exemplo do ocorrido em 1938, quando a União Soviética assinou um tratado de não-agressão com o Japão, dando carta branca para que o país invadisse a China, Krushev recusou a comprometer-se para garantir a segurança da população Chinesa. Essa negativa, em momento crucial para a República Popular da China, somou-se à discussão no plano ideológico e suscitou em último plano na Ruptura Sino-Soviética de 1961. A China seguiria um caminho autônomo na política externa, desvinculando-se da URSS e buscando desenvolver suas capacidades próprias de dissuasão, a exemplo da França no bloco capitalista. O processo, que culminaria com a detonação em 1964 da primeira bomba termonuclear chinesa, deu-se pelo abandono do modelo de Peng e introdução da Política

³ Míssil superfície-superfície, com alcance aproximado de 1000km e propulsão Alisson J33 de 20KN. O sistema tinha capacidade de levar armas convencionais e nucleares, ameaçando cidades como Xangai, Nanquim e Cantão;

⁴ Intercontinental Ballistic Missiles.

do Grande Salto Adiante, frente à percepção da possibilidade da RPC perder suas principais cidades para um ataque nuclear (VISENTINI, 2009: 109).

A partir de 1956, Jiang Jieshi aumenta suas atividades aéreas sobre a China continental, além de incremento das forças terrestres próximas ao continente. Alia-se esses fatores – presença de armas nucleares em Taiwan e aumento das atividades militares do GMD – com a vontade chinesa de mostrar posição independente à soviética, o que culmina em uma nova série de ataques às ilhas durante a visita de Krushev à capital da RPC em 1958, dando início à Segunda Crise do Estreito (VISENTINI, 2013: 109):

“Na ocasião, foi declarado um bloqueio de Quemoy, que, com sua guarnição de 80.000 soldados, mais 50.000 residentes, eram completamente dependentes de Taiwan em suprimentos. Pelo menos 400 toneladas de suprimentos eram requeridas diariamente. Acreditava-se que um bloqueio poderia produzir um resultado decisivo, forçando o Guomindang a retirar-se de Quemoy e das demais ilhas costeiras em direção a Taiwan. Porém, estabeleceu-se um impasse e as negociações tiveram início em outubro de 1958.

O episódio da Segunda Crise do Estreito resultou no rompimento de relações entre as duas potências comunistas e na tomada, pela China, de um caminho de desenvolvimento autônomo de capacidades militares. A percepção chinesa de que Taiwan consiste em uma plataforma de ataque ao continente por potências estrangeiras dá à reunificação nacional um caráter central na política externa da República Popular da China. As duas crises, quando avaliadas conjuntamente, mostram o papel de Taiwan na adequação da estratégia nacional chinesa: a primeira com a adoção do modelo de Peng, focado no desenvolvimento, e a segunda com o seu abandono e busca pela construção das próprias capacidades de defesa.

A terceira crise ocorre no biênio 95-96. Seu estopim se deu com a viagem do então líder taiwanês Lee Teng-Hui para os Estados Unidos, e pela autorização do governo deste país em lhe conceder visto de entrada (ROSS, 2000), mas ela aponta para um movimento maior que já se gestava anteriormente ao episódio:

“Com a derrota da URSS em 1991, os EUA se movimentaram em direção do reconhecimento da Independência de Taiwan, revisando o fundamento principal das relações sino-estadunidenses: o princípio de uma só China.” (VISENTINI, 2013: 127)

Para a RPC a ação era uma afronta a tudo que já havia sido acordado entre os dois países sobre a situação da Ilha e representava, para alguns dentro da política chinesa, a institucionalização da separação entre a Ilha e o Continente sob os olhos estadunidenses (GARVER, 1997). Durante a visita aos Estados Unidos, além de ministrar uma palestra na

Cornell University, Lee se encontrou com políticos daquele país. Em 1995 o ELP realizou testes de mísseis próximo a Taiwan e conduziu exercícios navais que simulavam assaltos anfíbios, que foi respondido pelos Estados Unidos com o envio de dois Carrier Strike Groups⁵ (CSGs) para a proximidade do Estreito com o intuito de prevenir a invasão chinesa da Ilha, ocasionando o fim das tensões militares sem uma resolução política no momento (ROSS, 2000).

O resultado da crise traz uma nova consciência de situação à RPC no que tange suas capacidades militares. Com a chegada dos CSGs a RPC soube das suas limitações reais, no caso da necessidade de intervir na Ilha de Taiwan, frente à capacidade de projeção de forças estadunidense. Não lhe seria possível alcançar uma simetria de capacidades com os Estados Unidos necessária para invasão da Ilha. A RPC já vinha de estarrecida de uma outra mostra de forças estadunidenses, isto é, a Guerra do Golfo de 1991. Além disso, percebe que nem a interdependência econômico, ou seja, o convencimento pelos meios de pagamento, é capaz de garantir alavancagem junto aos EUA para atingir seus objetivos de reunificação nacional. É nesse ponto que a China passa a buscar incorporar no desenvolvimento das suas Forças Armadas as respostas assimétricas que lhe garantam liberdade de ação em suas águas próximas, que mais tarde seriam conhecidas como táticas Anti-Acesso e de Negação de Área (A2/AD, na sigla em inglês⁶). Como colocam Bitzinger e Raska (2013):

“As prioridades estratégicas do Exército Libertação Popular mudaram desde a crise Estreito de Taiwan de 1996 para a adoção de um portfólio diversificado de recursos A2/AD para operações aéreas, navais e terrestres destinadas a dissuadir, atrasar e prevenir a entrada externa (isto é, dos EUA) em áreas específicas consideradas vitais para os "interesses fundamentais" da China. Para este fim, o ELP passa a gradualmente modernizar seus sistemas e plataformas de armas existentes, enquanto experimenta a próxima geração de conceitos de planejamento.”⁷ (BITZINGER & RASKA, 2013:5)

Enquanto que as duas primeiras crises do Estreito estão relacionadas com o realinhamento estratégico chinês que possibilitou mais tarde a Triangulação, a terceira crise traz à tona o que alguns autores apontam como a principal inflexão estratégica do início do século

⁵ Os CSGs são compostos por um porta-aviões, por pelo menos um cruzador e um esquadrão destróier, e por uma ala aérea de até 70 aeronaves (GLOBAL SECURITY, 2004). Todo esse aparato serve ao propósito de proteger o porta-aviões, e, com ele, a capacidade de projeção de forças estadunidense.

⁶ Anti-Access and Area Denial. Uma análise mais detalhada de tais técnicas pode ser encontrada no capítulo III do desenvolvimento desse trabalho.

⁷ Tradução do autor do original: “The People’s Liberation Army’s strategic priorities have shifted since the Taiwan Strait crisis of 1996 toward adopting a diverse portfolio of A2/AD capabilities for air, sea and land operations designed to deter, delay and prevent external (i.e., U.S.) entry into specific areas deemed vital to China’s “core interests.” To this end, the PLA has been gradually upgrading its existing weapons systems and platforms, while experimenting with the next generation of design concepts.” (BITZINGER & RASKA, 2013:5)

XXI, isto é, o desenvolvimento das técnicas A2/AD da China com redução relativa da capacidade de projeção de forças estadunidense (LEE, 2013). Nota-se, a partir dos eventos narrados, como cada uma das crises do Estreito influenciou na percepção da RPC das suas próprias capacidades, e como tal percepção levou, posteriormente, à desdobramentos mais profundos do que o resultado da própria crise. Como o objetivo desse capítulo é apontar quais os fatores históricos mais influem na situação atual, a principal constatação é a de que foi durante tais conflitos que se deu alguns dos principais reposicionamentos estratégicos chineses.

2.2 O Legado de Jiang Jinguo: a Revolução Nacional

Para entender a Revolução Nacional em Taiwan é necessário contextualizar, brevemente, a situação em que se encontrava o conflito entre o Partido Nacionalista e o Partido Comunista ainda no continente, dado o caráter que tal embate confere à organização do GMD, ponto de partida das suas posteriores reformas que darão o tom da própria revolução. A tentativa de restabelecimento da monarquia na China por Yuan Shikai, em 1915, aliada à morte de Sun Zhongshan, em 1925, galvaniza o apoio dos caudilhos chineses favoráveis à República em torno da figura de Jiang Jieshi. O GMD absorve esses senhores da Guerra, os mesmo que o Partido havia sido criado para combater, convertendo-os em “Generais Nacionalistas”. Sua incorporação insere a pressão latifundiária no GMD, colocando Jiang Jieshi cada vez mais contra os comunistas, culminando na expulsão destes do partido seguida de sua perseguição política em 1927. A luta contra os comunistas passa a ser mais importante para o GMD de Jiang Jieshi que a própria luta contra os japoneses a partir de 1931 (VISENTINI *et al.*, 2013:101).

Interessa saber aqui por que o Partido Comunista foi o vencedor da Guerra Civil Chinesa, e não o GMD, o que se relaciona com o que foi exposto no parágrafo anterior e dará o tom da primeira reforma do Partido Nacionalista, já na Ilha de Taiwan. Ao colocar o combate aos comunistas acima da guerra aos japoneses, Jiang Jieshi trazia antipatia generalizada contra o GMD. Muito relutantemente ele aceita formar junto daqueles a Segunda Frente Única Revolucionária, após muita pressão de seus comandantes e só o fazendo quando os Estados Unidos ameaçam cortar a ajuda econômica ao país se o GMD continuasse recusando a colaborar. Já os comunistas, ao priorizar a sobrevivência da nação chinesa contra o ataque japonês, passam a contar com o apoio dos camponeses, muitas vezes sendo recebidos por estes de bom grado em suas terras, garantindo vitórias sem luta ao Partido Comunista em diversos pontos do país. Mas isso não é tudo. A população via nos comunistas uma saída à taxa

esmagadora, aos abusos do Exército nacional, ao terror da polícia política de Dai Li e à inflação galopante (STILWELL, 1991: 317).

O problema da inflação merece destaque, tendo em vista seu peso na percepção de Jiang Jinguo do fracasso da Revolução Nacional ainda no continente. O problema começa ainda na década que precedeu a invasão japonesa, quando o governo central mudou sua sede para Nanquim. Na época a China conseguia cobrir apenas 80% dos seus gastos através da arrecadação. O resto era financiado por emissão de títulos a preços baixos, o que desviava recursos do investimento privado para a especulação. T. V. Soong e H. H. Kung, respectivamente cunhado e concunhado de Jiang Jieshi, estiveram encarregados da pasta de finanças da República da China no período em questão, e por serem os principais banqueiros do país à época, é evidente o interesse deles no esquema de financiamento do governo. O endividamento governamental continua a crescer, impulsionado ainda mais pelas despesas militares na época da guerra contra o Japão. Entre 1942 e 1945 a inflação atinge mais de 230% ao ano. Tendo em vista os preços fixos dos cereais, a inflação não beneficia o produtor primário, pelo contrário; tal tendência, aliada ao aumento da taxaço pelo GMD para sustentar o esforço de batalha, leva à fome de Hanan, episódio que deixa 5 milhões de pessoas sem alimentos, trazendo ainda mais antipatia dos camponeses ao Partido Nacionalista. Após a guerra, o governo tenta uma reforma monetária sem reforma orçamentária, que não surte efeito, aumentando ainda mais a carestia. A escassez e a inflação deixam patente a inabilidade gestora do GMD, que, aliada ao repúdio popular, causa sua queda e expulsão para a Ilha de Taiwan em 1949 (ROBERTS, 2012: 324-5; 340; 354-5).

Após se instalar na Ilha, o GMD implanta lá uma ditadura que durou cerca de 50 anos, a qual ficaria conhecida como o “Terror Branco” (SCHUBERT, 2012). Esse período ditatorial ficou marcado pela perseguição política, como não poderia deixar de ser, mas com uma peculiaridade contra-intuitiva: a repressão na Ilha se focava mais nos partidários da independência do que nos simpatizantes do PCCh (PINTO, 2005). Do lado continental, até meados da década de 1950, vigorava a ideia da “libertação” da Ilha pela força militar. Esse quadro se reverte ao mesmo tempo em que ocorre a primeira reforma do GMD. Essa reforma adveio da percepção do setor reformista do Partido, encabeçada por Jiang Jinguo. A reforma surgiu da avaliação do fracasso continental do GMD. Como mostrado, a corrupção danosa, a má gestão da economia, a dependência de senhores da guerra e de apoio externo levam ao estabelecimento das diretrizes estratégicas que guiarão a reforma. Enquanto Jiang Jieshi se mostrava irritado com fato de estar perdendo seu poder após ter perdido o continente para os

comunistas, o Grupo do Clube Central⁸ (CC, como era conhecido), inicialmente muito próximo do Gerenalíssimo e a linha dura do Partido, buscava maior horizontalização da cúpula superior. Isso aproximou o GMD de um racha, com membros importantes cogitando deixar o partido e buscar outras formas de se afirmar politicamente. Nesse momento Jiang Jingguo interveio. Ele era um dos últimos membros do alto escalão que ainda conservava bom relacionamento com as duas alas. Conseguiu instrumentalizar o desejo de reformas do pai e arrefecer os ânimos do CC ao inseri-los em um conselho consultivo, formalmente superior à executiva do partido, mas sem poder real de decisão (LIFU, 1994).

Primeiramente, ocorreu a centralização da economia nas mãos do Estado, mas com a diferença de deixar que o mercado atuasse como parâmetro de eficiência e desempenho. Taiwan passa, analogamente aos seus pares chamados de Tigres Asiáticos, a utilizar instrumentos de política pública para alocar recursos produtivos (WONG, 2004). Enquanto isso, o parâmetro de eficiência do setor produtivo ficava a cargo do mercado, diferentemente do caso modelo soviético adotado pela China continental, no qual os parâmetros de produção eram decididos pelo governo central. A intervenção estatal foi exercida através da criação de barreiras tarifárias, subsídios em P&D, fomento à infraestrutura, incentivo à exportação, e controle centralizado sobre o sistema financeiro (WADE, 2003). A experiência no continente, seja durante a luta contra os comunistas ou contra os japoneses, fez o GMD perceber que não deveria deixar sua indústria ao sabor dos interesses dos banqueiros, e nem depender de ajuda externa no caso das munições, visto que assim o esforço de batalha ficava determinado pela mesma vontade externa, necessitando de condições para produzi-las internamente. Esses dois fatores que contribuem para a formação da Indústria Nacional fomentada pelo Estado.

Em segundo lugar, era necessário uma reforma que buscasse a centralização do poder para amparar os esforços anteriores, e dizia respeito principalmente a não permitir a ascensão de senhores da guerra, condição que debilitou a capacidade de governar ainda no continente. Para poder concentrar o poder de decisão central de forma que auxilie o desenvolvimento da Ilha, o GMD burocratiza e profissionaliza o exército e os serviços de inteligência, para repressão, e o serviço público, para gestão da economia (CHENG, 2006). Para isso ficou evidente os esforços de Jiang Jingguo durante a Reforma Central, que passa a recrutar as elites locais da Ilha para aumentar a legitimidade do partido e garantir a centralização que possibilitou as reformas econômicas (MYERS, 2007). É a partir dessas reformas que Taiwan se insere no movimento que ficou conhecido como a Revoada dos Gansos que possibilitou a ascensão

⁸ Central Club Clique, em inglês.

asiática. Com o Japão inicialmente liderando o movimento através do seu sistema de subcontratação, utilizando a indústria de Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong e Cingapura para apoiar o desenvolvimento de sua economia de ponta, o Leste Asiático se dinamiza.

Apesar de não haver estudos relacionando a reforma do GMD com a alteração da postura da RPC, pode-se especular que seria mais vantajoso se aproximar de Taiwan uma vez que o personalismo que marcava o GMD tenha sido eclipsado por uma administração central um pouco mais burocratizada, e que a reunificação não seria politicamente possível de forma pacífica caso o controle da Ilha ainda estivesse sendo exercido em torno da família Jiang; isto é, uma administração burocratizada é mais passível de adaptações com vistas à reunificação sob política chinesa unificada do que uma administração personalista. Sendo este ou não o caso, o que ocorreu de fato foi a busca, a partir de abril de 1955, de iniciativas do PCC para iniciar conversações com o GMD, através de manifestações de Zhou Enlai – então Premier – Mao Zedong e do Ministro da Defesa, Peng Dehuai (PINTO, 2005). Todas essas iniciativas foram dispensadas publicamente por parte de Taiwan.

A segunda reforma do GMD se dá com a democratização da Ilha, que começa no final da década de 80 e se completa em meados de 90 (LIN, 2000). Aqui se faz importante uma análise da alteração do regime político taiwanês. Alguns pontos que devemos ter em mente são a alteração do posicionamento do GMD ao longo das décadas, que, sem abandonar a ideia de que existe apenas uma única China, consegue aprofundar, gradualmente, o diálogo com o governo da RPC; o fato de a democratização não ter sido atingida como resultado direto de grandes levantes populares e sim capitaneado pelo próprio GMD; e, mais interessante, o fato do partido que governou por todo o período ditatorial ter se mantido no poder com a vinda das eleições. Mesmo que as evidências de corrupção governamental sejam recorrentes na história da Ilha, não há evidências que suportem a hipótese de fraude eleitoral no período pós-ditadura, que, se existindo, forneceriam uma explicação simples para os dois últimos pontos. Para explicar tal processo, pode-se recorrer então ao estudo feito por Seanon Wong (2005), que aponta os efeitos do "Estadismo Econômico" (*Economic Statecraft*)⁹ utilizado por Pequim para influenciar a política taiwanesa em relação ao governo continental.

O alvo do Estadismo Econômico da RPC seriam os altos executivos e homens de negócios de Taiwan. Esse quadro de indivíduos foram os mais beneficiados na aproximação econômica entre a Ilha e o continente desde a década de 80, quando o aprofundamento dos laços

⁹ O autor define Estadismo Econômico amplamente como "o uso de meios econômicos por parte de um governo para alterar o comportamento de outro governo" (WONG 2005, 43).

econômicos entre as duas partes começou seu crescimento exponencial. Para contextualizar tal relação, podem-se apontar os fatos de que, em 1995, Taiwan já era o segundo maior mercado de importação para a RPC e o sétimo colocado, em volume, como destino de exportações; e que metade dos investimentos externos diretos da Ilha tinham a China continental como alvo (WONG, 2005). É de se esperar que os capitalistas da Ilha, beneficiários de tal situação, pressionem seu governo para a manutenção de políticas de distensão em relação ao governo da RPC. O fim da proibição de voos diretos entre a Ilha e a China continental pelo GMD em 1987, quando a ditadura estava próxima de seu fim, mostra um esforço nesse sentido e a percepção de que o Partido Nacionalista dependia e poderia se utilizar de tais interesses.

O *mainstream* teórico, tanto de Economia quanto de Relações Internacionais, não dá conta de explicar a situação demonstrada acima. Enquanto que de um ponto de vista econômico é importante diversificar o mercado externo para se proteger de choques conjunturais dos parceiros, a teoria Realista não consegue explicar por que Taiwan aprofunda laços com o rival continental, principal ameaça a sua segurança do ponto de vista estratégico, e nem o Institucionalismo Neoliberal esclarece como a evolução demonstrada se deu sem a presença prévia de instituições que promovessem a aproximação pelo comprometimento das partes (CHAN, 2009). A partir dessa perspectiva, os laços econômicos não deveriam ser tratados somente como a variável dependente do jogo político, mas como variável independente. Se, portanto, a situação econômica em dado momento fornece pistas da formulação de política posterior – e não há motivos para acreditar que não o faça – é de se esperar que o GMD, ao endogeneizar a classe econômica ascendente, busque adotar seus interesses como plataforma política para se manter no poder mesmo com o processo de democratização. Os fatos falam por si mesmos. Se a democratização foi uma demanda dos grupos de pressão liberais que se formaram ao longo da história de Taiwan, a mudança da pauta de relação com o governo da RPC, como estava gradualmente se reorganizando em antagonismo com a herança passada, não o era.

2.3 O Papel de Taiwan na Ascensão do Pacífico: Aproximação com a China

A volta do aprofundamento dos laços econômicos interestreito teve, do lado continental, seu estopim em 1978, com as reformas econômicas de Deng Xiaoping, e, do lado insular, a partir de 1987, às vésperas da segunda reforma do Guomindang e durante o período de democratização da Ilha, quando Taiwan retirou a proibição de visitas ao continente (SUNG,

2005:14). Aprofundamento dos laços econômicos é entendido aqui como comércio e investimento entre a China continental e Taiwan.

Beijing, no dia de Ano Novo de 1979, propôs o estabelecimento de “três elos” (correio, viagem e comércio) e “quatro trocas” (científicas, culturais, desportivas e artísticas) com Taiwan, que, por sua vez, não respondeu diretamente, mas continuou com sua agenda de liberalização e retirou a proibição à seus cidadãos de viagens ao exterior para fins turísticos. Mesmo que viajar para a China continental continuasse proibido, dado que o Guomindang não reconhecia a legitimidade do PCCh, agora os residentes de ambos os lados poderiam se ver em países terceiros ou em Hong Kong. Como mencionado, o início dessa tentativa de aprofundamento das trocas teve por motivação, do lado continental, a alteração interna da política chinesa, com a morte de Mao Zedong e a ascensão de Deng Xiaoping e suas reformas econômicas, que impulsionaram o crescimento do país nas décadas seguintes. Seguiram-se ao episódio descrito duas outras propostas, em 1981 e 1982, em que Beijing tentava negociar a reunificação pacífica através da oferta de alta autonomia para Taiwan na condição de Região Administrativa Especial e com a aplicação da fórmula “um país, dois sistemas”. A resposta do GMD foi a mesma, negativa (PINTO, 2005).

Do lado insular, a mudança no posicionamento de isolamento econômico em relação ao continente foi causada por motivos mais complexos. O modelo de crescimento econômico taiwanês, voltado à exportação de bens intensivos em trabalho, traz uma série de superávits comerciais. O movimento normal de mercado teria apreciado o câmbio taiwanês, movimento que foi freado pelo GMD para defender os interesses dos exportadores. Assim, em 1986, os superávits na conta capital acumulam 20% do PIB de Taiwan (SUNG, 2005). Esses dois fatores se aliam para gerar um grande desequilíbrio no Balanço de Pagamentos da Ilha, além de ocasionar condições para os investidores esperarem a apreciação da moeda taiwanesa, postergando o investimento ao esperar que a importação bens de capital ficasse mais barata no futuro, com a moeda valorizada. A situação passa a ficar cada vez mais insustentável (NAUGHTON, 1997: 88-89). Finalmente a moeda é apreciada, em 1986, aumentando em 40% seu valor frente ao dólar em apenas dois anos. Com a moeda valorizada, diminui-se a vantagem em exportar diretamente da Ilha e sobem os ganhos ao se investir no continente e exportar-se de lá, movimento que aumenta o investimento indireto¹⁰ neste mercado.

¹⁰ O investimento direto no continente era proibido até 2009, obrigando-se que tais fluxos passassem por um país terceiro ou Hong Kong antes de entrar lá.

Em 1987 os controles sobre investimento no exterior são relaxados, e, dois anos depois, são promulgadas regulações sobre o comércio, investimento e cooperação técnica com a China continental. Esse movimento coincidiu com a Estratégia de Desenvolvimento Costeiro, implementada na RPC no biênio 1987-8, que passa a facilitar o investimento externo na produção de bens intensivos em mão-de-obra; e com a decisão do Conselho de Estado Chinês de conceder tratamento mais favorável a investidores taiwaneses (SUNG, 2005). Essa última decisão ilustra o que foi exposto na seção anterior sobre o Estadismo Econômico chinês e como o governo da RPC soube criar as condições para aproximação econômica, ou ao menos facilitá-las.

Após a morte de Jiang Jinguo, filho de Jiang Jieshi, e já sob a liderança de Lee Teng-hui, Taiwan adota um novo princípio de entendimento sobre a “uma China”. Durante as quatro décadas de separação, até os 90, ambos os lados proclamavam, analogamente, que a China era uma unidade política única e indivisível, com um governo legítimo que estava sendo afrontado por um grupo que por ora controlava, de forma ilegítima, uma porção do território chinês – Taiwan para o PCCh, o continente para o GMD. Com a criação do Conselho de Assuntos do Continente (MAC, na sigla em inglês¹¹), criado por Lee em 1991, esse quadro se altera por parte de Taiwan. Adota-se, a partir de então, as Diretrizes de Unificação Nacional, elaboradas pelo MAC, que traziam uma nova visão da situação política das relações interestreito: para alcançar a unificação, o PCCh deveria reconhecer que existia uma entidade política distinta, mas de mesmo nível, em cada lado do estreito, e que a unificação se daria em bases étnicas, culturais e geográficas. Apesar de não ser igual à proposta da RPC de “um país, dois sistemas”, se aproximando mais da noção de “uma nação, dois governos”, essa nova diretriz é melhor, para a China, do que a abordagem de setores mais radicais da Ilha de que Taiwan já se constituía como nação separada (DORNELLES JR., 2006).

Assim, em 1991, cria-se um canal de comunicação, rotulado de semi-oficial pelas partes, composto do lado insular pela Fundação de Trocas do Estreito (SEF, na sigla em inglês¹²), e do lado continental pela Associação para Relações Através do Estreito de Taiwan (ARATS, na sigla em inglês¹³). No mesmo ano, o líder taiwanês anuncia que Taiwan havia abandonado a ideia de empregar a força para alcançar a unificação nacional e que o governo comunista não era mais considerado um regime rebelde pela República da China, e sim a entidade governante da China continental. As rodadas de conversações durante o ano seguinte

¹¹ Mainland Affairs Council.

¹² Strait Exchange Foundation.

¹³ Association for Relations Across the Taiwan Strait.

entre as agências mencionadas levaram a um acordo entre as partes sobre a inegabilidade do princípio de “uma China”, mas concordavam que havia diferentes interpretações quanto ao seu significado (DORNELLES JR., 2006, PINTO, 2005). Esse acordo ficou conhecido como o Consenso de 1992, base na qual recentemente o líder taiwanês Ma Yingjiu buscava estabelecer a reaproximação.

A volta das eleições presidenciais ocorre em 1996, depois do processo democratizante. O vencedor é o candidato do GMD, Lee Teng-hui. Mesmo fazendo parte do GMD, Lee se declarava ideologicamente um apoiador da independência da Ilha, fato que o faria ser expulso do partido após o seu mandato. A expulsão de Lee coloca em evidência a crise do “Segundo Guomintang”, iniciada já em 1988 com a morte de Jiang Jinguo, filho e sucessor de Jiang Jieshi. Mais adiante, em 2000, o partido de oposição, o Partido Democrático Progressista (PDP), arrefeceu seu forte posicionamento pró-independência durante a campanha. O abrandamento dos discursos é resultado de cálculos políticos que objetivavam maior possibilidade de vitória nas eleições (LIN, 2000). Em 2000 é eleito Chen Shui-bian, do PDP, que inicia uma tentativa de criação de uma identidade nacional taiwanesa em contraposição à chinesa, cogitando também um referendo sobre a independência formal da Ilha. Como evidenciado por Chengong Li (2005), a incapacidade desse líder taiwanês em assumir uma posição definitiva em relação ao governo continental, para qualquer um dos lados, foi explorada pela oposição. Isso, juntamente com acusações de fraudes e corrupção, trouxe antipatia popular para o PDP. A volta do GMD à liderança da Ilha, com eleição de Ma Yingjiu, em 2008, trouxe novas políticas de distensão, principalmente de caráter econômico. Tal posicionamento já era esperado, tanto pela tradição do partido, quanto pela plataforma pró-aproximação de Ma, fato que faz a própria RPC apoiar abertamente esse candidato.

Passemos à análise do efeito das forças externas no que tangem as relações interestreito. Desde a separação, os Estados Unidos, imbuídos na lógica da Guerra Fria, se fizeram presente em diversos momentos de maior tensão. O principal objetivo declarado do governo estadunidense é prevenir a guerra no Estreito, visto que isso o obrigaria a forçosamente escolher um lado do conflito: se abstendo e permitindo que a RPC reanexe a Ilha ou enviando tropas para repelir a invasão do Exército de Libertação Popular (ELP) chinês. A sociedade estadunidense não iria querer que seu governo permitisse que os comunistas tomassem a Ilha, e o posicionamento estratégico de Taiwan no Pacífico daria para a RPC projeção sobre as

Linhas de Comunicação Marítimas (SLOCs, na sigla em inglês¹⁴) dos principais aliados estadunidenses no leste asiático, Japão e Coreia do Sul, o que é considerado problemático para os interesses estadunidenses. Entretanto, os dirigentes do país veem que, dadas as crescentes interpenetrações dos mercados chineses e norte-americanos, e a importância na política internacional que a RPC assume após o advento da Triangulação¹⁵, o conflito aberto entre os dois teria consequências trágicas. O *status-quo* servia bem, então, aos interesses dos Estados Unidos. As bases para o relacionamento China-Estados Unidos teve que passar por um acordo sobre a questão de Taiwan, que foi formalizado internamente na legislação norte-americana no Ato de Relações com Taiwan (TRA, na sigla em inglês¹⁶). A lei, de 1979, delega ao Instituto Americano em Taiwan realizar o contato com as chamadas Autoridades Governantes de Taiwan, território composto pela Ilha de Formosa e Pescadores. Sob o Ato, os Estados Unidos deixam ambíguo se o país intercederia militarmente em favor de Taiwan, não havendo portanto obrigação disso desde o fim do TSADM, denunciado unilateralmente pelos EUA no momento do reconhecimento diplomático da RPC.

Nota-se que nos momentos em que a retórica independentista taiwanesa se aprofundava, os Estados Unidos buscavam arrefecer os ânimos de seus dirigentes, principalmente sob o governo do PDP (ROMBERG, 2006). O quadro muda com a eleição de 2008. Ma tinha no seu discurso de campanha, e que ficou como marca do seu primeiro mandato, a retórica dos três "nãos": não à unificação, não à independência, não ao uso da força. Tais pontos conseguiriam dar conta, minimamente, dos principais interesses em jogo na situação da Ilha. Negava o uso da força, para acalmar os EUA; negava a independência, para agradar Pequim; e negava que iria aceitar a unificação, para refutar as alegações da oposição, que afirmava que ele assinaria a paz e a reanexação com a RPC.

O objetivo não declarado de Washington para Taiwan seria mantê-la em sua esfera de influência e contrabalancear a dependência crescente que a Ilha desenvolvia para com a RPC (SCHRIVER, 2008). Deste ponto de vista, Taiwan pode desempenhar um papel central na segurança do Pacífico asiático para os Estados Unidos. Além disso, o equipamento bélico fornecido pelo país à Ilha poderia acabar nas mãos da RPC, no caso extremo da reunificação.

¹⁴ Sea Lines of Communication. Conceito que serve para designar rotas marinhas primárias de comércio, logística e de forças navais entre portos.

¹⁵ A "Diplomacia Triangular", como explicada por Kissinger (2011), consistiu na aproximação dos Estados Unidos com a China após a Ruptura Sino-Soviética. É um exemplo de cálculo político realista, não baseado em ideologias, que serviu aos estadunidenses, para balancear a URSS, e aos chineses, que adquiriram maior reconhecimento internacional. Também conhecida como "Diplomacia do Pingue-Pongue".

¹⁶ Taiwan Relations Act.

Ou seja, mesmo que pacífica, a unificação seria contrária, nesses termos, aos interesses de Washington (WANG, 2010). Encaixa nesse ponto uma interpretação da venda de armamento que o governo dos EUA faz para Taiwan, que sempre levam a protestos da RPC. Para Taiwan o que está em jogo nessa compra é a manutenção de uma força dissuasória crível, que suporte uma tentativa de anexação feita pelo EPL por tempo suficiente para a chegada de apoio norte-americano. Além disso, esse armamento serviria também para um cenário de reunificação pacífica, visto que a Ilha necessitaria de capacidade própria de garantir que tal reunificação se dê em termos de manter a essência das instituições taiwanesas, cumprindo as condições de "um país, dois sistemas". Entretanto, para os Estados Unidos, comerciar armamento com o governo taiwanês pode ser uma ferramenta para regular a aproximação da Ilha com o governo continental, além de dissuadir a RPC de usar a força para reanexação, hipótese nunca formalmente descartada pelo governo continental, que mantém mísseis apontados para a Ilha. Sempre manifestando sua contrariedade com repreensões diplomáticas a cada nova venda, a RPC foi tornando cada vez mais infladas as suas reprimendas para o governo estadunidense. Interessante notar que Pequim não ousa arriscar a perda dos avanços de aproximação com Taiwan, e se contém nas críticas à Ilha, principalmente ao seu presidente pró-aproximação, Ma Yingjiu. Busca, aparentemente, aprofundar o seu Estadismo Econômico, como mostra a visita do presidente chinês Hu Jintao, em 2010, a grandes empresários de Taiwan para diálogos comerciais, logo após repreender duramente os Estados Unidos por nova venda de armas (WANG, 2010).

Envolvido diretamente com a questão da Ilha se encontram também Japão e Coreia do Sul. Sempre tendo percebido a China como ameaça a sua segurança, ambos os países viam que se Taiwan se encontrasse sob a jurisdição do EPL, suas SLOCs estariam ameaçadas de estrangulamento pela RPC (HU, 2006). Em comunicado conjunto de 1969, o primeiro-ministro do Japão, Eisaku Sato, e o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, na época, afirmaram que manter a paz em Taiwan era questão de segurança nacional para o Japão. O próprio Japão havia utilizado Taiwan na projeção de forças para sua expansão no início do século XX, tendo plena percepção de sua importância como chave estratégica no Pacífico asiático. Os dois países, da mesma forma que os Estados Unidos, se beneficiariam da continuidade do *status-quo*, no sentido em que uma declaração de independência formal causaria, provavelmente, atitudes chinesas com vista à reanexação. A guerra na região seria desastrosa para o comércio e o abastecimento dos países. Portanto, visto que os Estados Unidos já cuidava de manter, mais ou

menos, a manutenção da situação sem grandes sobressaltos, o Japão e a Coreia do Sul puderam se resguardar de ter que intervir mais diretamente no futuro da Ilha.

Mais especificamente sobre o Japão, podemos notar outro fenômeno mais interessante. Com a chegada do PDP, que é pró-independência, ao poder em Taiwan, Estados Unidos e Japão perceberam que a situação no estreito poderia evoluir para um arranjo mais delicado. A tensão se aprofundava com as iniciativas de Chen em direção à criação de uma identidade da Ilha separada da chinesa como um todo. Caso a projeção de suas forças para defender Taiwan de uma incursão do ELP se fizesse necessária, Okinawa – província mais meridional do Japão onde se localizam bases estadunidenses – seria necessária por motivos estratégicos para dar apoio à operação. Em 2005, portanto, a declaração conjunta anual nipo-estadunidense sobre segurança, pela primeira vez, inclui manter a paz no Estreito de Taiwan como questão estratégica (JAPÃO, 2005).

2.4 Resultados Preliminares: balanço da experiência pré-2008

De posse das ponderações das últimas sessões, podemos traçar os paralelos necessários entre as Crises do Estreito e as reformas do GMD. Num primeiro momento, com a experiência da derrota no continente e com o apoio dos Estados Unidos, Taiwan realiza sua Revolução Nacional na Ilha e ingressa no movimento de ascensão do Leste Asiático. A maturação de sua economia coincidiu com o esgotamento do modelo adotado pela China para o seu desenvolvimento econômico, calcado na experiência soviética, uma vez que sua indústria de base já tinha sido estabelecida. As reformas de Deng retomam o legado de Peng Dehuai, abandonado por causa da Segunda Crise do Estreito, e inserem os parâmetros do mercado para basear a eficiência da economia, modelo que ficou conhecido como Economia Socialista de Mercado. A abertura de ambos os lados permite que o fluxo de investimentos de Taiwan traga a China para o movimento de ascensão do Leste Asiático e dá força ao seu modelo exportador. Nota-se que, assim, Taiwan foi dos Tigres Asiáticos que menos sofreu com a crise asiática de 1997.

O crescimento chinês fez, aparentemente, que forças dentro do GMD passassem a temer o Estadismo Econômico do continente. Assim se produz uma discussão dentro do partido que levaria ao seu racha posterior, com expulsão de Lee Teng-hui e criação de novos partidos pelos dissidentes pró-independência. Isso, entretanto, não acontece sem antes ocorrer a Terceira Crise dos Estreitos e o resultado em termos de reposicionamento estratégico da RPC, que viu que apenas sua pujança econômica não garantiria capacidades para completar a unificação

nacional. O resultado da interpenetração econômica será avaliado no próximo capítulo, com a volta do GMD ao poder em 2008. O resultado do seu reposicionamento estratégico será tratado no capítulo III do desenvolvimento.

3 SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERESTREITO

Esse capítulo tem por objetivo avaliar os principais aspectos da situação atual das relações interestreito. Tal avaliação se faz ao se analisar os últimos acontecimentos em termos de comércio e investimento entre as partes, os recentes contatos interestreito e sua característica de moderação política da aproximação econômica, e os pontos de convergência em termos de política externa e de segurança. Um ponto importante a se ressaltar nessa análise se faz pelo fato de refutar alegações que denunciam a morosidade da aproximação. Tal gradualismo, e não morosidade, se faz necessário, visto que a questão de Taiwan está inserida em um contexto de soberania nacional. Para tratar de tais assuntos delicados, é recorrente na história da Ásia proceder com a cooperação em assuntos de maior convergência, para se criar as bases do diálogo, para só então se tratar de questões mais controversas (REIS, 2012).

Esse capítulo se estrutura em duas seções, além dos parágrafos introdutórios e os resultados preliminares. Primeiramente, se analisa o novo quadro de cooperação pós-2008, ano em que o GMD retorna ao poder com seu candidato Ma Yingjiu. O ponto central da análise é o Acordo Quadro de Cooperação econômica, assinado em 2010, que pautou a cooperação econômica entre as partes desde então. Em segundo lugar, são apontados os esforços de diálogo político como moderador da aproximação, com destaque para a ação da Fundação de Trocas do Estreito e da Associação para Relações Através dos Estreitos de Taiwan. Por fim, se mostra como o processo gradual de aproximação pode ter seus efeitos sentidos na convergência dos interesses externos e de segurança.

3.1 Comércio e Investimento: novo quadro de cooperação pós-2008

Mais uma vez no poder, o GMD busca reaproximação institucional com o governo da RPC. Diversas iniciativas foram tomadas nessa direção. Uma das principais é o Acordo para Quadro de Cooperação Econômica (ECFA, na sigla em inglês¹⁷), assinado em 2010, que estabeleceu o primeiro acordo de cooperação entre as partes desde a separação. Idealizada como forma de pavimentar o caminho para uma reunificação controlada, foi o reflexo da percepção de Taiwan da possibilidade concreta de se estabelecer um regime na China de “um país, dois sistemas” com a Ilha reincorporada, a exemplo do que aconteceu com Hong Kong e Macau (SUI, 2010). Em termos econômicos, oferece muito mais benefícios para Taiwan do que para a

¹⁷ Economic Cooperation Framework Agreement

parte continental, sendo que os ganhos maiores desta seriam políticos. Por exemplo, no momento da assinatura do Acordo, estabelecia-se que 250 tipos de produtos poderiam entrar em Taiwan a partir do continente livres de tarifas, enquanto que seriam 500 os tipos de produtos que poderiam ser vendidos por Taiwan ao continente isentos das taxas.

Os processos de negociação do ECFA começaram algum tempo depois da posse do presidente Ma, em 2008, quando os diálogos de alto nível são reiniciados após o esfriamento sob a administração do PDP. Terry Cooke (2009) mostra como a evolução das negociações do ECFA se deu, tendo como principais facilitadores três acontecimentos: a criação da Fundação do Mercado Comum Interestreito (FMCI) no ano 2000; a entrada da RPC e de Taiwan na Organização Mundial de Comércio (OMC) em dezembro de 2001; e a assinatura do Acordo de Estreitamento da Parceria Econômica (AEPE) entre a RPC, Hong-Kong e Macau em junho de 2003. Durante seus discursos eleitorais, quando propunha a institucionalização da cooperação econômica interestreito, Ma Yingjiu mencionava esses três fatos como os principais passos na jornada de complementaridade econômica que os lados estavam seguindo. Depois de Ma ser eleito e do diálogo de alto-nível entre Taiwan e a RPC ser retomado, um memorando sobre cooperação financeira foi adotado entre o ex-Vice-Presidente de Taiwan e então líder do GMD, Lien Chan, e o então Presidente da RPC, Hu Jintao, durante o fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), no Peru, em novembro de 2008. Em fevereiro de 2009, as negociações do acordo (que na época ainda era chamado de Acordo Compreensivo de Cooperação Econômica, CECA na sigla em inglês¹⁸) entraram na pauta do dia quando a imprensa local noticiou que o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Segurança e o Ministério de Assuntos Econômicos, ambos de Taiwan, afirmaram que o governo iria assinar o Acordo com a RPC (TAIWAN, 2009; TSAI, 2009). Associações de industriários rapidamente apoiaram a proposta, vendo no Acordo uma forma de mitigar os efeitos negativos da crise econômica do período, antes mesmo que a oposição conseguisse articular uma resposta contra o Acordo (COOKE, 2009). Após várias rodadas de negociações, o Acordo adquire sua forma final e é assinado em Chongqing, em junho de 2010.

O ECFA¹⁹ é composto de cinco capítulos (Princípios Gerais, Comércio e Investimento, Cooperação Econômica, Resultados Antecipados, Outras Provisões), além de um preâmbulo e cinco anexos. Sob o regime do ECFA, a RPC deveria reduzir as tarifas de 539 produtos taiwaneses, e Taiwan reduziria as tarifas de 267 produtos continentais. O regime de Resultados

¹⁸ Comprehensive Economic Cooperation Agreement

¹⁹ Uma versão traduzida do Acordo, em inglês, pode ser encontrada em <http://www.moea.gov.tw/Mns/populace/news/wHandNews_File.ashx?news_id=19723&serial_no=6>.

Antecipados serve para rapidamente reduzir a zero as tarifas de uma lista de produtos arrolados nos anexos. Além disso, o Acordo versa sobre resolução de disputas e arranjos institucionais para facilitar a sua implementação. Questões de cooperação econômica também são abordadas, mas em um nível mais superficial, sem entrar em detalhes técnicos mais específicos.

Os interesses políticos da RPC na assinatura do ECFA podem ser vistos ao se compararem as obrigações de cada lado discriminadas no Acordo. Além de ter de reduzir as tarifas de mais de o dobro de produtos do que Taiwan, a RPC deixaria de arrecadar US\$ 13,84 bilhões, enquanto que, para a Ilha, esse valor chegaria apenas à US\$ 2,64 bilhões. Do lado dos ganhos, no momento da assinatura do Acordo as agências de relações interestreito estimaram conjuntamente que a liberalização do comércio geraria um aumento no fluxo de bens de US\$ 80 bilhões da Ilha para o Continente e de US\$ 30 bilhões no sentido oposto. Atenção especial também é dada aos produtos agrícolas de Taiwan, a fim de ganhar a simpatia do setor rural da Ilha (CHEN, 2011).

O contexto regional no momento da assinatura também deve ser avaliado. Em primeiro de janeiro de 2010, a China e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês²⁰) entram em uma zona de livre comércio conhecida como “ASEAN+1”, que eliminaria as tarifas de importação dos países da ASEAN para a China de mais de 90% dos produtos comercializados. Também estava em discussão a criação do “ASEAN+3”, incorporando também Japão e Coreia do Sul nessa zona de livre comércio. Como coloca Chou (2010):

“Os arranjos da ASEAN+1 e da ASEAN+3 impedem as empresas de Taiwan de competir efetivamente no mercado asiático, causando sua eventual marginalização da região. Em 2010, enquanto a maioria dos bens da ASEAN terão acesso livre de tarifas para o mercado chinês, a maioria das importações Taiwan para a China ainda estarão sujeitas a uma tarifa de 6 a 14%. Consequentemente, as empresas de Taiwan serão forçadas a deixar a China e investir em outro lugar para evitar esta desvantagem. Se for permitido que isso se torne uma “bola de neve”, esse problema esvaziaria as indústrias taiwanesas e danificaria gravemente a competitividade da Taiwan. Com a diminuição da sua capacidade, Taiwan deixará de desempenhar um papel importante na economia asiática, e aparecerá como um “excluído na dança da China com parceiros comerciais regionais”. Para piorar a questão, a Coreia do Sul, um dos países “+3”, também tem uma economia voltada à exportação e se tornou o maior concorrente de Taiwan nos últimos anos. Assim, se Taiwan não puder efetivamente reduzir os seus custos, o seu papel na economia da Ásia pode ser lentamente substituído por uma ambiciosa Coreia do Sul, que goza de livre acesso à China e aos países-membro da ASEAN. Por outro lado, se Taiwan negociar com sucesso o ECFA e, portanto, “nivelar o jogo”, estudos mostram que os investimentos estrangeiros em Taiwan podem aumentar de 29 a 42%. Caso Taiwan também consiga negociar acordos de livre comércio com a ASEAN, os investimentos estrangeiros e nacionais devem aumentar adicionais 23 a 37%.”²¹ (CHOU, 2010:9)

²⁰ Association of Southeast Asian Nations.

²¹ Tradução do autor do original: “The ASEAN+1 and ASEAN+3 arrangements prevent Taiwan’s businesses from competing effectively in the Asian market, causing its eventual marginalization in the region. In 2010, while most

Taiwan via então a possibilidade de se inserir na onda de regionalismo que o Leste Asiático experienciava na época. Nesse ponto, entretanto, Taiwan não teve seus interesses contemplados no ECFA, tendo em vista que sua demanda de que o Acordo mencionasse comércio com países terceiros foi negada pela RPC (CHEN, 2011). No entanto, a aparente preocupação de Beijing está nas implicações políticas na questão da soberania e autonomia de Taiwan que esses acordos podem trazer, se forem tomados como acordos entre partes igualitárias, ou seja, Estados. Esse é um argumento que tenta mostrar que assinar tais acordos iria de encontro aos próprios interesses dos residentes da Ilha, visto que Taiwan não se considera, formalmente, um Estado independente. Se analisado o posicionamento recente da RPC frente aos recentes acordos de livre-comércio assinados por Taiwan com Nova Zelândia e com Cingapura, nota-se que, uma vez que os acordos não deem margem à interpretações que indiquem autonomia política taiwanesa, a oposição continental retórica não se traduz em atos.

Mesmo que a RPC tenha uma economia maior, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), do que Taiwan, a diferença nos custos e ganhos advindos da assinatura do ECFA mostra o caráter político que o Acordo tem para aquele país. Além de continuar sua estratégia de Estadismo Econômico, explicado no capítulo anterior, Beijing criou, com o ECFA, uma base para toda a cooperação econômica futura. A fim de mostrar comparativamente o resultado prático do ECFA, os dados da tabela abaixo mostram o volume de comércio entre a RPC e Taiwan ao longo dos últimos anos:

Tabela 3.1 – Comércio de Taiwan com a RPC, Kong Kong e Macau, em dólares (US\$), anos 2005 a 2012

Comércio Total					
Ano	RPC	Hong Kong	Macau	Total	Δ%
2005	63.736.408.872	36.144.704.123	356.663.616	100.237.776.611	---
2006	76.590.504.462	39.261.330.306	288.103.005	116.139.937.773	15,86
2007	90.430.526.782	39.804.147.492	407.639.185	130.642.313.459	12,49
2008	98.273.497.890	34.182.273.479	434.279.346	132.890.050.715	1,72

ASEAN goods gain tariff-free access to the Chinese market, most Taiwanese imports into China will still be subject to a 6–14% tariff. Consequently, Taiwanese businesses will be forced to leave China and invest elsewhere to avoid this disadvantage. If allowed to snowball, this problem would hollow out Taiwanese industries and severely damage Taiwan’s competitiveness. With decreased capacity, Taiwan will no longer play an important role in the Asian economy, and will appear as “the wallflower in China’s dance with regional trade partners.” Making matters worse, South Korea, one of the “Plus Three” countries, also has an export-heavy economy and has become Taiwan’s biggest competitor in recent years. Thus, if Taiwan cannot effectively reduce its costs, its role in the Asian economy may be slowly replaced by an ambitious South Korea, which enjoys open access to China and ASEAN member countries. On the other hand, if Taiwan does successfully negotiate the ECFA and therefore levels the playing field, studies show that foreign investments in Taiwan can increase from 29–42%. Should Taiwan also manage to negotiate free trade arrangements with ASEAN, its foreign and domestic investments are projected to increase another 23–37%.” O autor não teve acesso aos estudo mencionados na citação, mas faziam referência ao Ministério de Assuntos Econômicos de Taiwan.

	2009	78.670.764.058	30.567.422.281	318.993.240	109.557.179.579	-17,56
	2010	112.879.654.027	39.434.391.383	318.852.548	152.632.897.958	39,32
	2011	127.555.177.571	41.759.590.052	232.189.636	169.546.957.259	11,08
	2012	121.621.186.471	40.590.735.466	176.861.120	162.388.783.057	-4,22
Exportações						
	Ano	RPC	Hong Kong	Macau	Total	Δ%
	2005	43.643.322.853	34.035.098.797	323.968.452	78.002.390.102	---
	2006	51.808.178.766	37.380.810.850	262.499.483	89.451.489.099	14,68
	2007	62.416.411.093	37.979.347.096	379.956.459	100.775.714.648	12,66
	2008	66.883.031.816	32.689.560.279	404.650.276	99.977.242.371	-0,79
	2009	54.248.101.236	29.444.915.862	303.559.786	83.996.576.884	-15,98
	2010	76.934.575.511	37.806.811.135	299.603.255	115.040.989.901	36,96
	2011	83.959.399.961	40.084.167.268	212.926.762	124.256.493.991	8,01
	2012	80.713.756.748	37.931.938.728	163.985.325	118.809.680.801	-4,38
Importações						
	Ano	RPC	Hong Kong	Macau	Total	Δ%
	2005	20.093.086.019	2.109.605.326	32.695.164	22.235.386.509	---
	2006	24.782.325.696	1.880.519.456	25.603.522	26.688.448.674	20,03
	2007	28.014.115.689	1.824.800.396	27.682.726	29.866.598.811	11,91
	2008	31.390.466.074	1.492.713.200	29.629.070	32.912.808.344	10,20
	2009	24.422.662.822	1.122.506.419	15.433.454	25.560.602.695	-22,34
	2010	35.945.078.516	1.627.580.248	19.249.293	37.591.908.057	47,07
	2011	43.595.777.610	1.675.422.784	19.262.874	45.290.463.268	20,48
	2012	40.907.429.723	2.658.796.738	12.875.795	43.579.102.256	-3,78
Saldo						
	Ano	RPC	Hong Kong	Macau	Total	Δ%
	2005	23.550.236.834	31.925.493.471	291.273.288	55.767.003.593	---
	2006	27.025.853.070	35.500.291.394	236.895.961	62.763.040.425	12,55
	2007	34.402.295.404	36.154.546.700	352.273.733	70.909.115.837	12,98
	2008	35.492.565.742	31.196.847.079	375.021.206	67.064.434.027	-5,42
	2009	29.825.438.414	28.322.409.443	288.126.332	58.435.974.189	-12,87
	2010	40.989.496.995	36.179.230.887	280.353.962	77.449.081.844	32,54
	2011	40.363.622.351	38.408.744.484	193.663.888	78.966.030.723	1,96
	2012	39.806.327.025	35.273.141.990	151.109.530	75.230.578.545	-4,73

Fonte: Bureau of Foreign Trade – Trade Statistics²².

Pode-se notar dos dados acima que, no período selecionado, o ano em que houve maior aumento em relação ao ano anterior, para todas as séries, foi 2010. Deve-se considerar o fato de que 2009 foi um ano de crise, com diminuição dos números em todas as séries para aquele ano. Entretanto, o fato de que não foi em 2009, mas em 2010 que houve recessão na Ilha, com o PIB de Taiwan diminuindo 5,89% (TRADING ECONOMICS, 2013), aponta para a constatação de que o aumento do comércio desse ano esteve mais relacionado ao novo regime proporcionado pelo ECFA do que pelo reaquecimento da atividade econômica na Ilha, que não aconteceu naquele ano.

Realizar uma análise comparada no tempo do investimento mútuo entre China e Taiwan é difícil, pois, até 2009, Taiwan proibia investimento direto do continente em sua

²² Disponível em: <<http://cus93.trade.gov.tw/ENGLISH/FSCE/>>.

economia, o que era realizado indiretamente (ONG & SUNG, 2009). Estatísticas oficiais da Comissão de Investimento, do Ministério de Assuntos Econômicos de Taiwan, mostram os números para investimento entre julho de 2009 e 2012:

Tabela 3.2 – Investimentos Diretos entre a RPC e Taiwan, em dólares (US\$), Jul/2009 a 2012

Origem/Destino	2009	2010	2011	2012
RPC/Taiwan	37.486.000	81.536.167	43.736.000	328.067.000
Taiwan/RPC	6.058.426.710	12.230.146.000	13.100.871.000	10.924.406.000

Fonte: Investment Commission, MOEA²³.

Os investimentos taiwaneses no continente sempre são maiores do que o fluxo inverso, e antes mesmo da permissão para investimento direto na RPC o governo taiwanês tentava mensurar o que seria o investimento indireto. O objetivo do investimento direto taiwanês no continente está relacionado com a minimização dos custos de produção buscando-se uma mão-de-obra mais barata (SUN & CHEN, 2013). Como a tabela acima mostra, o fluxo está se invertendo, e isto está relacionado ao aumento dos custos trabalhistas na China. Em agosto de 2012, como forma de continuar a cooperação econômica e diminuir os riscos associados à atividade econômica, a RPC e Taiwan assinam um pacto de proteção de investimentos interestreito, que versa sobre resolução de disputas e tratamento de suspeitos taiwaneses indiciados por crimes no continente, e vice-versa (ACADEMICS, 2012).

Em junho de 2013, um dos principais complementos ao ECFA foi assinado entre a ARATS e a SEF, o Acordo Interestreito de Comércio de Serviços (CSSTA, na sigla em inglês²⁴), que abre para comercialização 80 setores de serviços do continente e 64 setores da Ilha. Mais uma vez, da mesma forma que no ECFA, nota-se a preocupação do governo da RPC em trocar ganhos econômicos por ganhos políticos. A proposta encontrou grande oposição interna taiwanesa, principalmente por causa das ressalvas às atividades que o governo da RPC considera como sensíveis à estabilidade interna do país, como imprensa e mídia eletrônica. Outro ponto criticado pela oposição taiwanesa foi a celeridade com a qual a atual administração do GMD tentou aprovar o Acordo (ENGBARTH, 2013).

Até o início de 2013 não havia acordo sobre compensação direta das moedas chinesas continental (Yuan, CN¥; ou Renmibi, RMB) e insular (Novo Dólar Taiwanês, NT\$). Em janeiro, foi estabelecido um sistema de troca direta, tornando Taiwan o terceiro local que mantém um sistema de compensação acordado com o governo da RPC. A partir de então, os

²³ Disponível em: <http://www.moeaic.gov.tw/system_external/ctrl?PRO=NewsListLoad&lang=1>.

²⁴ Cross-Strait Services Trade Agreement

bancos centrais das partes puderam acertar entre si pagamentos nas moedas locais, sem ter de converter os valores primeiramente em dólares americanos. Bancos e exportadores taiwaneses afirmaram que o acordo seria benéfico e aumentaria a facilidade de comércio interestreito. Projeções Banco ANZ apontam para um aumento de quase cinco vezes o volume anual de depósitos em bancos taiwaneses vindos do continente (POON & LUK, 2013).

Anteriormente, quando não havia tal acordo de compensação, os investimentos dos empresários taiwaneses no continente tinham de ser primeiramente convertidos em dólares americanos em Hong Kong, para depois poderem entrar no mercado chinês. Isso tomava tempo e dinheiro de negociações que poderiam ser muito mais eficientes para ambas as partes. A perspectiva de o Yuan virar uma moeda global, como o quer as autoridades chinesas (NEWS, 2012), pode ser benéfico para Taiwan inclusive, que poderia virar um mercado para a moeda chinesa (KASTNER, 2012c).

A ausência de tal acordo podia ser explicada pelos dois lados, da RPC e de Taiwan, em querer delongar o processo. Enquanto que do lado taiwanês seria de se esperar que a aproximação ocorresse de forma gradual e controlada, para o governo continental o que estava em jogo é o fato de que 30%, estima-se, do fluxo monetário anual de Hong Kong deve-se aos investimentos taiwaneses (KASTNER, 2012a). Privá-la repentinamente dos recursos advindos desse fluxo poderia causar instabilidade. O acordo para conversão levou anos, pois discussões preliminares já haviam sido feitas à época da assinatura do ECFA. Esse tempo foi necessário para preparar Hong Kong para um desvio de recursos. Hong Kong ainda é o mercado que mais possui linhas de investimento denominados em yuan, o que os bancos taiwaneses ainda não desenvolveram completamente. É de se esperar que existam esforços paulatinos na direção de se estabelecer estabilidade monetária entre as três partes, que acomode uma reestruturação das finanças de Hong Kong, tendo em vista que ambos os governos sairiam beneficiados dessa situação.

Outro ponto de convergência são as rotas aéreas que se abrem gradualmente entre a Ilha e o continente: em 2011 já são 558 voos de passageiros e 56 de carga que fazem ligação direta entre 41 cidades do continente e nove da Ilha toda semana (KASTNER, 2012b). O marco que potencializa o aprofundamento das trocas depois das eleições de 2008 foi a criação das “três ligações diretas”, que estabeleceram três vias aéreas sobre o Estreito, para a passagem de correio, passageiros e mercadorias (CHEN, 2009). Carregamentos aéreos não precisariam passar mais, então, por Hong Kong nas trocas entre a Ilha e o continente.

A complementaridade econômica, os acordos, o aumento do comércio e dos investimentos, os esforços para tornar as trocas mais rápidas e menos custosas inserem elementos de dinamismo e de autorreplicação da tendência de aproximação. Em outras palavras, conforme as economias continental e insular se tornem cada vez mais integradas, os fatores econômicos tenderão a manter em movimento o ciclo de aproximação, tornando os esforços políticos nesse sentido cada vez mais complementares às tendências econômicas, e não sua causa direta. No início, tais esforços se fizeram necessários tendo em vista o quadro de antagonismo no qual as partes se encontravam. Para facilitar a adoção dos acordos e acelerar seus resultados, os ganhos relativos da RPC tenderam a ser menores que aqueles de Taiwan. É de se esperar que uma vez que o esforço político se torne menos necessário tal quadro se altere, e os acordos tendam a trazer ganhos mais igualitários, não por falta de interesse na reaproximação, mas por causa da inércia que esta irá ganhar. Além disso, a liberalização das atividades econômicas interestreito traz a oportunidade de fusões, aquisições e parcerias entre empresas residentes de lados opostos do Estreito, o que também contribuiria para o avanço da aproximação ao longo do tempo. Entretanto, tal processo não está inegavelmente fadado ao sucesso. Existem elementos de contra-tendência, previsíveis ou não, que podem alterar tal quadro. Fatores políticos e estratégicos podem influir e alterar o curso das tendências econômicas, como os novos arranjos regionais e a securitização do Leste Asiático. Nesse sentido, faltariam ainda salvaguardas que protegessem a complementaridade econômica em condições adversas, para que o processo de integração econômica que tem trazido à tona a questão da reunificação possa continuar mesmo em cenários imprevisíveis.

3.2 Contatos Oficiais: o diálogo como moderador da aproximação

A volta dos contatos oficiais ocorre em 2008, após a volta do GMD ao poder e a consequente distensão das relações interestreito. No discurso inaugural de Ma após sua primeira vitória, o presidente declara que se empenharia em recomençar as consultas interestreito com base no Consenso de 1992 (YINGJIU, 2008). Após trocas de cartas entre a ARATS e a SEF e encontros entre o então presidente da RPC, Hu Jintao, e o então vice-presidente de Taiwan, Vincent Siew, e aquele e o então líder do GMD, Wu Po-hsiung, os encontros chamados de semi-oficiais entre a ARATS e a SEF recomençam, primeiramente para estabelecer as Três Ligações Diretas. Um dos pontos que marcam o início do período de distensão das relações interestreito ocorre em abril de 2009, quando a RPC retira as objeções oficiais quanto à participação de Taiwan na Organização Mundial da Saúde, que passa a integrar o organismo

com o nome de Taipei Chinesa (XIUZHUAN, 2013). O aumento das conversações e acordos interestreito aparentemente resulta também em novos contatos entre Taiwan e outros países, como mostra o fato de que, entre 2008 e 2011, o número de países e territórios que concedem entrada para moradores de Taiwan passou de 54 para 116. Além disso, recentemente o governo de Taiwan assinou acordos de livre-comércio com Cingapura e Nova Zelândia, acontecimentos inéditos devido à preocupação da RPC quanto à Taiwan celebrar compromissos em nível de igualdade com outros países, o que poderia abrir precedentes à interpretações pró-independência. A distensão das relações interestreito criou a oportunidade para Taiwan firmar tais acordos sem condenações do continente.

Desde a volta do GMD ao poder houve seis Rodadas de Diálogo Interestreito de alto-nível. Este ano se realizou a nona rodada de Diálogo Interestreito de Taiwan, entre a SEF e a ARATS. Como já foi comentado na seção anterior, foi durante esse evento que se assina o CSSTA. Para Taiwan, a assinatura do CSSTA foi o ponto alto da rodada, e seu significado se traduz em cinco aspectos do desenvolvimento da Ilha: (i) mandar sinais fortes da liberalização do comércio taiwanês; (ii) demonstrar a determinação do governo em realizar as políticas interestreito propostas; (iii) expandir a confiança mútua através do Estreito em todos os níveis; (iv) avançar para trocas e cooperação econômicas abrangentes através do Estreito; e (v) aumentar substancialmente os benefícios do ECFA (TAIWAN, 2013).

Ainda na administração do PDP, em abril de 2006, o GMD e o PCCh passam a realizar, após uma série de contatos inter-partido, o Fórum Interestreito de Economia, Comércio e Cultura para promover a aproximação interestreito. Os fóruns acontecem anualmente, com exceção dos dois primeiros, que ocorreram no mesmo ano. O primeiro se focou no comércio, o segundo na cooperação na agricultura, o terceiro em questões de turismo interestreito e educação, o quarto nos setores financeiro e de serviços, o quinto na promoção de trocas culturais, o sexto na indústria emergente em ambos os lados e na competitividade (PENGFEI, 2009). A partir do sexto, devido à maior liberdade de trocas promovida pelo ECFA, os fóruns passaram a abordar diversos temas em cada edição. O nono, realizado em outubro de 2013, traz consigo no seu título o tema “Promover trocas e cooperação, revitalizar a nação chinesa”. Tal título pode refletir o que muitos autores colocam como uma das principais preocupações daqueles que, de ambos os lados do Estreito, querem promover a aproximação e reunificação, isto é, a percepção que a população que reside na Ilha pode estar se distanciando, em termos de identidade nacional, da visão de uma nação chinesa única (LAMS & LIAO, 2011).

Em outubro de 2013 aconteceu o primeiro Fórum Interestreito pela Paz, em Xangai, com o tema “Paz Interestreito, Desenvolvimento Comum”. Foi organizado pela Sociedade Nacional de Estudos Taiwaneses, do continente, e pela Fundação Taiwanesa do Século XXI, da Ilha, juntamente com 12 outros *think-tanks* e instituições acadêmicas de ambos os lados do Estreito (MILITARY, 2013). Apesar de não ser organizado pelos governos das partes, ele recebeu apoio verbal do PCCh e do GMD (FIRST, 2013). Os principais pontos discutidos durante o encontro foram os intercâmbios militares e questões de relações exteriores. Primeiramente, os presentes concordaram que os intercâmbios militares devem servir para promover a estabilidade no Estreito e diminuir as preocupações securitárias. Tais intercâmbios poderiam começar por pontos onde há mais convergência, como exercícios de resposta a desastres naturais, por exemplo. Outro ponto que tangencia o aspecto securitário abordado no Fórum é a questão da soberania marítima. O curso de ação apontado pelos especialistas presentes diz respeito à cooperação com fim de conservar os recursos marinhos, proteção à pesca, pescadores e ecossistema marinho, assegurar a segurança do transporte náutico, bem como garantia da aplicação das leis e manutenção da segurança. Pode-se perceber aí uma correlação entre as abordagens propostas no Fórum e o posicionamento taiwanês na questão recente da expansão da Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ, na sigla em inglês²⁵) da RPC, isto é, relatar a este governo todas as suas atividades aéreas na Zona em questão.

Na questão das relações exteriores, a principal preocupação foi direcionada aos casos em que organizações não-governamentais e indivíduos de diferentes lados estreito planejam participar em eventos internacionais ao mesmo tempo. Sugeriu-se a criação gradual de mecanismos de coordenação e comunicação para evitar rugas interestreito e dirimir as tensões resultantes de tais controvérsias. Além disso, aconselhou-se que ambos os lados continuem buscando cooperação econômica e que explorem formas graduais de consenso na situação política em que se encontram. Houve também pontos de discordância entre os lados do Estreito, como por exemplo formas de arranjo para as relações políticas no contexto de confrontação continuada; a relação entre a Política de China Única e as regras existentes em ambos os lados; o significado político do fim das hostilidades interestreito; e como estabelecer um mecanismo que aumente a confiança nas questões securitárias interestreito. O próximo encontro acontecerá em Taiwan em 2014.

²⁵ Air Defense Identification Zone.

3.3 Resultados Preliminares: interesses convergentes

Antes de 2008 não houve tanto diálogo, acordos, encontros e cooperação quanto está havendo no novo mandato do GMD. Durante o mandato do PDP, inclusive, a SEF e a ARATS continuaram existindo apenas na forma, pois o diálogo era mínimo. Agora, já foram assinados 19 acordos entre as partes. Isso só foi possível graças à interpenetração econômica, que teve sua gênese no processo apresentado na análise histórica, com as reformas econômicas. A cooperação econômica traz em seu esteio os diálogos políticos, e apontam para interesses convergentes nas questões externas. Um dos casos mais emblemáticos é o que tange à soberania marítima, debate recentemente acalorado por causa de controvérsias com o Japão no Mar do Leste da China.

Visto que tanto o GMD quanto o governo da China continental veem a China como um país apenas, suas visões geoestratégicas tendem a convergir em diversos dos pontos. Isso não é um movimento natural, podendo inclusive as forças pró-independência na Ilha abandonarem tais disputas se assim angariarem o apoio necessário para acabar com a política de uma só China. Dada a quantidade de comércio que passam pelos estreitos que ligam os oceanos Índico e Pacífico e a importância das Linhas de Comunicação Marítimas que lá se estabeleceram, garantir a soberania nessa área marítima virou questão de importância primordial para todos os países banhados por esse Mar. A região é rica em petróleo e gás natural também, recursos que podem possibilitar a continuação do crescimento da região caso o fluxo energético do Oriente Médio seja interrompido (KASTNER, 2011).

O estabelecimento de soberania sobre águas territoriais e a reivindicação de Zonas Econômicas Exclusivas garante base de reconhecimento para atuação e defesa nas áreas de maior importância, e os parâmetros legais estão contidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Todos os países se utilizam da Convenção para justificar suas reivindicações na região. A controvérsia repousa na disputa de soberania sobre as Ilhas Spartly e Ilhas Paracels. Havendo o reconhecimento de posse desses arquipélagos por algum país, alterar-se-ia também a questão da soberania marítima. Taiwan e a RPC reivindicam a posse dos arquipélagos citados. Taiwan está inclusive presente na Ilha de Taiping, a maior do arquipélago das Spartly e a única com fonte potável de água, onde, em 2007, o governo taiwanês construiu um aeroporto e fez a primeira aterrissagem de um C-130 Hércules. A presença taiwanesa na região pode facilitar a consecução dos objetivos da RPC, e esta tem utilizado um discurso de “herança ancestral” para atrair Taiwan para um posicionamento conjunto em relação ao Mar. Tal aliança não seria totalmente novidade, visto que situação similar já foi verificada em

setembro de 2012, quando Taiwan apoiou a RPC na disputa desta com o Japão pelas Ilhas Diaoyu/Senkaku (KASTNER, 2011). Outro ponto interessante é o fato de durante sua campanha presidencial, Ma ter levantado a questão da falta de Medidas de Construção de Confiança entre as Forças Armadas das partes. Em sua plataforma constava esforços para suprir esses vácuos gradualmente (KASTNER, 2012a). Medidas de Construção de Confiança, como propostas por Ma e aceitas como de extrema necessidade por militares da RPC tenderão, se vieram a acontecer, a suprir tais vácuos. Igualmente, se, como mencionado acima, o controle dos mares vizinhos à China vier a ser acordado como processo de consecução conjunta de ambas as partes, tais medidas têm grandes chances de serem adotadas. Resta saber, agora, como essa aproximação é vista pelos demais países, principalmente Estados Unidos e Japão, como ela impacta a região e quais as perspectivas de interação entre os quatro.

4 SITUAÇÃO DA POLÍTICA REGIONAL

Esse capítulo tem por objetivo analisar a dinâmica política e estratégica do Leste Asiático no que tangencia a questão de Taiwan. Para tanto, o que se procura fazer é entender a situação da polarização regional inserida na perspectiva da evolução das relações interestreito. A fim de realizar tal análise e poder entender o que está em jogo no Pacífico Ocidental²⁶ precisamos indicar quais os fatores mais importantes para determinar os rumos da política da região. Longe de se propor a predições ou futurologia, uma análise de relações internacionais precisa apontar quais os pontos-chave para os quais os estudiosos devem atentar, a fim de estabelecer cenários prováveis para os quais a situação atual pode evoluir. Como defendido por diversos autores, principalmente os de tradição Realista, um elemento de peso na formulação da política externa de determinado país é a consciência de suas capacidades dissuasórias, bem como a avaliação destas em seus pares. A dissuasão é feita por armas. Qualquer análise política internacional, portanto, deve passar por uma análise das capacidades bélicas das partes envolvidas. Assim, procura-se responder como a doutrina²⁷ das partes envolvidas lida com o ambiente securitário e o que as capacidades militares e seu desenvolvimento recente apontam em termos políticos. A análise do posicionamento político que advém desses fatores é feita em seguida, tendo-se em mente os efeitos percebidos como resposta à ascensão da China e a tendência de reunificação.

Esse capítulo se estrutura em apenas uma seção, além dos parágrafos iniciais e dos resultados preliminares. Procura-se aqui realizar a análise da doutrina, das capacidades e do cenário de conflito das partes envolvidas na questão de Taiwan, ou seja, China e Estados Unidos, além da própria Ilha. Isso se faz tendo em vista uma confrontação China-Taiwan com intervenção estadunidense. Esse cenário importa, pois se configura em uma contingência real a qual as partes envolvidas se preparam para lidar, podendo ou não tentar evita-la. Os resultados preliminares buscam comparar a bibliografia sobre a ascensão chinesa e a resposta regional e estadunidense com o que foi mostrado na análise de capacidades, fatores empíricos e exposições de outros capítulos.

²⁶ Pacífico Ocidental é a porção à oeste do meridiano de 180°, a Linha Internacional de Data, ficando portanto no hemisfério oriental.

²⁷ Em termos militares, a doutrina de um país é o “Conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, fundamentadas principalmente na experiência, destinado a estabelecer linhas de pensamentos e a orientar ações, expostos de forma integrada e harmônica” (BRASIL, 2007).

4.1 Doutrina chinesa anti-secessão e projeções estimativas de intervenção interestreito

Inicia-se a análise da correlação de forças a partir da perspectiva chinesa. A política da RPC para a eventualidade da independência de Taiwan foi formalizada e consolidada na Lei Anti-secessão de 2005, e as condições para utilização dos meios não-pacíficos foram elencadas em seu Artigo 8º:

“No evento em que as forças separatistas da "independência de Taiwan" ajam, sob qualquer nome ou por qualquer meio, para causar o fato da secessão de Taiwan da China, ou que grandes incidentes que possam implicar a secessão de Taiwan da China ocorram, ou que as possibilidades de uma reunificação pacífica se deem por completamente esgotadas, o Estado deve empregar meios não pacíficos e outras medidas necessárias para proteger a soberania e integridade territorial da China.”²⁸ (CHINA, 2005)

Essa política já era percebida anteriormente, e, para contextualização histórica, aponta-se o segundo parágrafo do segundo capítulo do seu Livro Branco de fevereiro de 2000, intitulado “O Princípio de uma China e a Questão de Taiwan”:

“Enquanto realiza a política de reunificação pacífica, o governo chinês sempre deixa claro que os meios utilizados para resolver a questão de Taiwan se tratam de assuntos internos da China, e que a China não está sob obrigação alguma de comprometer-se a descartar o uso da força. Isso não é de forma alguma direcionado aos compatriotas de Taiwan, mas ao esquema montado para criar uma "Taiwan independente" e às forças estrangeiras que interferem na reunificação da China, e designa-se como uma salvaguarda necessária para a busca da reunificação pacífica. Recorrer à força seria apenas a última escolha feita sob circunstâncias de obrigação²⁹.” (CHINA, 2000)

Resta saber, portanto, como está hoje a correlação de forças no que tange a questão de Taiwan. Torna-se importante, antes de iniciar a análise comparativa, delinear algumas premissas básicas. Primeiramente, devido ao aumento do poderio militar chinês e do abandono declarado das pretensões taiwanesas de retomar o poder sobre a China pela força em 1991, como mencionado no primeiro capítulo, presume-se que as hostilidades começariam por

²⁸ Tradução do autor do original: “In the event that the ‘Taiwan independence’ secessionist forces should act under any name or by any means to cause the fact of Taiwan's secession from China, or that major incidents entailing Taiwan's secession from China should occur, or that possibilities for a peaceful reunification should be completely exhausted, the state shall employ non-peaceful means and other necessary measures to protect China's sovereignty and territorial integrity.”

²⁹ Tradução do autor do original: “While carrying out the policy of peaceful reunification, the Chinese government always makes it clear that the means used to solve the Taiwan issue is a matter of China's internal affairs, and China is under no obligation to commit itself to rule out the use of force. This is by no means directed against Taiwan compatriots, but against the scheme to create an "independent Taiwan" and against the foreign forces interfering with the reunification of China, and is intended as a necessary safeguard for the striving for peaceful reunification. Resort to force would only be the last choice made under compelled circumstances.” (CHINA, 2000)

decisão da RPC. Isso não implica em juízo de valor moral, mas na constatação de que a China terá de agir em conformidade com sua política declarada nos termos da Lei Anti-secessão.

Aqui importa o exame da doutrina chinesa em conteúdo, isto é, das condições em que, historicamente, a China tem feito uso da força. A este respeito, uma das principais referências é a obra seminal de Larry Wortzel, “O EPL aos 75 anos”, onde o autor procede a análise minuciosa da experiência militar chinesa no último século. Como observa Wortzel, quando se trata de utilizar o poder militar, a mentalidade ocidental e a mentalidade chinesa diferem em um ponto crucial: o objetivo da operação no contexto da agressão. Em outras palavras, enquanto o cálculo ocidental no que tange o emprego dos meios militares abarca principalmente noções probabilísticas e quantitativas quanto ao resultado da operação subtraída do contexto maior da situação na qual as partes se encontram, os estrategistas chineses veem o uso da força apenas como o artifício que ele é, na aproximação mais pura da definição clausewitziana da guerra: a continuação da política por outros meios. Larry Wortzel (2003) mostra que, ao longo da história do ELP, a recorrência ao esforço bélico se fez frente a tendências que se mostraram adversas ao interesse nacional, às quais a diplomacia e as negociações não deram conta de responder:

“Na lógica dos estrategistas chineses, mesmo se estas tendências não foram interrompidas ou revertidas pela ação militar, foram pelo menos mitigadas. Ou seja, se a China não tivesse usado a força militar em uma instância específica, então as coisas teriam ficado ainda pior. Por exemplo, Beijing julga [que o resultado da] Crise do Estreito de 1995-1996 foi um sucesso, porque as tendências negativas em Taiwan e no mundo foram postas em cheque. Se a China não tivesse feito uma demonstração de força, a situação teria se deteriorado ainda mais.” (WORTZEL *et al.*, 2003: 6-7)³⁰

Dito de outra forma, o que interessa para os chineses não é o resultado em si da operação (se exitosa ou não), mas o que resulta em termos políticos o uso da força, podendo-se entrar em guerra até mesmo tendo certeza que não há possibilidade de vitória militar em sentido estrito. Desde que, é claro, a ação militar seja condição necessária para afirmar sua visão, a China assim o fará. Trata-se de reafirmar o “Mandato do Céu”, as condições de legitimidade para governar.

O caso de Taiwan é emblemático, se coloca como questão de soberania nacional e legitimidade interna e externa, a última reparação para os Tratados Injustos. Nesse caso, é preciso que se entenda que a volta do *status quo* após intervenção na Ilha, por qualquer motivo

³⁰ Tradução do autor do original: “In the logic of Chinese strategists, even if these trends were not halted or reversed by military action, they were at least mitigated. That is, if China had not used military force in a particular instance, then things would have gotten even worse. For example, Beijing judges the 1995-96 Taiwan Strait Crisis to have been a success because negative trends in Taiwan and the world were checked. If China had not made a show of force, the situation would have further deteriorated” (WORTZEL *et al.*, 2003: 6-7).

daqueles elencados acima, mesmo que resultando de uma série de derrotas no campo de batalha, seria motivo para a China considerar seus objetivos cumpridos. Em resumo, mesmo que haja consciência anterior da inevitabilidade da derrota no campo de batalha, a percepção de que não usar a força pode ser pior fará com que a RPC aja.

A outra premissa na qual a análise irá se basear é a de que, por não possuir contingente externo alocado na Ilha nem sistema de defesa implantado por terceiros em seu território, no caso de invasão de Taiwan por parte da RPC, Taiwan teria que se valer apenas de suas próprias forças para fazer frente ao Exército Popular de Libertação (EPL) da RPC, pelo menos até que os Estados Unidos intercedam em favor da Ilha³¹, que pode ou não acontecer sob as prerrogativas auto-atribuídas explicitadas no Ato de Relações com Taiwan, como foi comentado no capítulo primeiro.

A RPC não deixa claro qual seria o seu curso de ação no caso de necessitar recorrer ao uso da força em Taiwan. Segundo as projeções estadunidenses, a escolha mais lógica do ponto de vista da RPC seria, depois de deixar clara a intenção de intervir na Ilha, realizar um “acúmulo deliberado da força para otimizar a velocidade de engajamento após o *engano estratégico*”³² (EUA, 2013). Outra opção para a RPC apontada pelos analistas do Pentágono seria descartar uma grande operação e se utilizar de um ataque surpresa para forçar uma resolução política ou militar rápida antes que outros países pudessem responder. Se essas opções falharem, os próximos passos seriam dissuadir a intervenção estadunidense ou, não sendo isso possível, atrasá-la e buscar vitória em uma guerra assimétrica, limitada e rápida, e disso evoluir para um impasse militar e extrair um acordo político depois de um conflito prolongado. Pode-se notar uma aparente incongruência nesse último ponto, posto que é difícil de se imaginar como uma vitória rápida e fulminante fosse requerer uma subsequente evolução para um conflito prolongado. Ações adicionais, continua o Relatório, poderiam ser utilizadas pela RPC: bloqueio naval; força limitada coercitiva para desestabilizar o regime taiwanês; e campanhas aéreas e balísticas.

A análise de Martins serve para elucidar a incongruência aparente na análise do Pentágono. Em primeiro lugar, não seria necessário o acúmulo de força prévio, tendo em vista

³¹ Os dados estão baseados nos relatórios do Pentágono ao Congresso Americano (EUA, 2013), no Relatório de Defesa Nacional de Taiwan (TAIWAN, 2013), no balanço de Cordesman da modernização militar chinesa (CORDESMAN et al., 2013), e na análise da confrontação China-Taiwan elaborada por José Miguel Martins (MARTINS, 2008: 221-49).

³² Engano Estratégico (strategic deception) são “medidas destinadas a enganar o inimigo através da manipulação, distorção ou falsificação de provas para induzir o inimigo a reagir de uma forma prejudicial para a interesses do inimigo” (EUA, 2011: 97).

a China já contar com 228.000 homens na zona de guerra de Fuzhou, do outro lado do Estreito, prontos para atuar. Isso representa cerca de o dobro das forças totais de Taiwan presentes na Ilha principal³³. Em segundo lugar, realizar um ataque surpresa na Ilha iria contra o posicionamento histórico da RPC no que tangem as questões interestreito. Não haveria sentido trair todo o arcabouço legal interno e diplomático que ampara o princípio da “uma China” para tomar Taiwan, se isso implicasse perder a legitimidade sobre esse território:

“Afinal, de que valerá a RPC tomar a ilha em um ataque surpresa, ou quase isso, e ter de continuar 40 anos depois lutando contra guerrilha e insurgência, ciberterrorismo ou bioterrorismo. De que valerá tomar Taiwan, uma das economias mais avançadas da Ásia, para reduzi-la a um Iraque?” (MARTINS, 2008: 240)

Presume-se então, para o exercício aqui proposto, que o ataque por parte da RPC será motivado e avisado, e será posto em prática com as forças já presentes na zona de guerra de Fuzhou. O ponto crucial na análise proposta, como mencionado no início dessa seção, passa a ser entender, a partir dos cenários descritos, como se daria uma invasão da Ilha pelo EPL. Durante uma invasão, existem duas formas de se colocar forças terrestres na batalha: através do desembarque anfíbio, como aquele realizado durante o Dia D da Segunda Guerra Mundial, e através do desembarque aerotransportado, lançando-se tropas de paraquedistas para estabelecer uma zona de desembarque e aterrissando o resto das tropas em uma pista de pouso improvisada. A invasão anfíbia em larga escala é uma das operações militares mais difíceis de serem realizadas, devido ao número de variáveis cruciais envolvidas, como o apoio aéreo e marítimo necessário e à importância da manutenção constante de linhas de suprimento e apoio logístico (GLOBAL SECURITY, 2011b). O plano de ação da China para tal operação, segundo o Pentágono, seria quebrar as defesas costeiras da Ilha, estabelecer e defender uma zona de desembarque chamada nos meios militares de “cabeça de praia” (*beachhead*), realizá-lo transportando pessoal e material para o local, passando a realizar ataques para ocupar alvos-chave ou a Ilha inteira (EUA, 2013). Do ponto de vista técnico, a análise de Cordesman (2013) mostra que, em um enfoque relativo, a vantagem naval quantitativa está pendendo para o lado chinês. Mesmo que, historicamente, Taiwan baseie sua defesa na premissa de desvantagem quantitativa e superioridade qualitativa, as alterações relativas com base fixa em 2005, avaliadas pelos autores, apontam para alterações na correlação de forças interestreito em favor da RPC. Para assinalar alguns fatores que ilustram isso e mais impactariam num cenário de desembarque

³³ Taiwan possui um contingente de cerca de 150.000 homens, dos quais 100.000 ficam na Ilha principal e o restante alocado nas ilhas próximas do continente.

anfíbio, indica-se o aumento de mais de 20% em quase todas as categorias de navios designados para a área do Estreito de Taiwan, com principal destaque para dois submarinos nucleares, introduzidos em 2008 e 2010; enquanto que do lado taiwanês houve uma diminuição de 33% no número de destróieres e cortes nos barcos de patrulha, compensados por apenas 5% de aumento no número de fragatas e quantidades estagnadas de outros tipos de embarcações.

Tabela 4.1 - Balanço das forças navais alocadas no Estreito de Taiwan – 2005-2013

Embarcação		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ%
Destróieres	RPC	13	16	16	17	17	15	16	16	16	+23.1
	Taiwan	6	2	4	4	4	4	4	4	4	-33.3
Fragatas	RPC	34	40	40	36	39	40	44	44	44	+29.4
	Taiwan	21	22	22	22	22	22	22	22	22	+4.8
Navios de desembarque médios	RPC	15	20	20	23	23	23	21	18	24	+60.0
	Taiwan	4	4	4	4	4	4	4	4	4	0.0
Navios de desembarque de Tanques	RPC	20	22	22	24	25	25	25	26	27	+35.0
	Taiwan	12	12	12	12	12	12	12	12	12	0.0
Submarinos convencionais	RPC	29	28	28	32	32	32	33	30	33	+13.8
	Taiwan	4	4	4	4	4	4	4	4	4	0.0
Submarinos Nucleares	RPC	-	-	-	1	1	2	2	2	2	+∞
	Taiwan	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0.0
Patrulha Costeira	RPC	34	34	34	35	55	65	68	67	67	+97.1
Lançadora de Mísseis	Taiwan	50	50	50	51	59	61	61	61	45	-10.0

Fonte: CORDESMAN et al., 2013

A análise do Pentágono afirma que, atualmente, a Marinha do EPL não possui capacidade anfíbia que uma invasão de grande escala em Taiwan iria requerer, e nem está construindo capacidades para tanto (EUA, 2013: 58).

Segundo Martins, a RPC teria condições de desembarcar um total de 62.000 homens em Taiwan no primeiro dia da invasão – divididos em duas brigadas anfíbias, duas divisões anfíbias, e três divisões aerotransportadas – e de abastecê-los com os suprimentos necessários para a tomada de uma “cabeça de praia”³⁴ através de seus aviões Y-7, Y-8 e Il-76. O assalto à Ilha é possível, segundo o autor, por duas questões do desenvolvimento tecnológico militar da era digital que beneficiaram o lado ofensivo: o aumento da capacidade de transporte aéreo, que cuidará da logística da operação; e o aumento da precisão dos armamentos, que reduz a pressão do suprimento de munições na cadeia de logística. Quanto ao balanço naval, a tabela acima mostra que a RPC está em vantagem quantitativa. Entretanto, segundo Martins, Taiwan conseguiria utilizar seus mísseis antinavio para neutralizar a escolta das forças de assalto chinesas, depois do que, as forças anfíbias ficam extremamente vulneráveis, tornando-se um alvo fácil. Nessa linha de raciocínio, as perdas seriam de tal monta que o desembarque seria

³⁴ Nome dado ao local onde é realizado o desembarque de tropas em território adversário.

frustrado. Por isso, a supremacia aérea é condição de êxito desde as primeiras horas de combate.

Nesse sentido é decisivo desabilitar a cadeia de comando e controle de Taiwan. Segundo o mesmo autor, a China tem capacidade de desabilitar o sistema de comunicação de Taiwan com usando bombas de pulso eletromagnético e cegando seus mísseis antinavio com lasers dirigidos aos satélites de posicionamento (o GPS estadunidense). Nesta segunda linha de raciocínio, as embarcações taiwanesas ficariam desprovidas de comunicação com o comando da missão em terra e sem capacidade de lançar seus mísseis para além do alcance visual. A única saída para a Ilha seria o submarino, que está protegido de tais ataques eletromagnéticos pela água. Entretanto, apenas duas unidades submarinas estão aptas para uso em batalha, e podem ser neutralizadas pela aviação antissubmarina da China. Neste caso importa o radar de abertura sintética embarcado que, ao que se sabe, está disponível em alguns dos Tu-154 comissionados nas Forças Armadas chinesas.

No combate aéreo, a supremacia da RPC sobre Taiwan está alicerçada na capacidade HIMADS (High to Medium Air Defense System) daquela contra a capacidade IADS (Interligate Air Defense System) desta. A diferença entre os sistemas é que “a IADS e o controle de interceptação de terra (GCI) são montados na mesma rede” (MARTINS, 2008: 233); enquanto que a HIMADS possui “inteligência distribuída e ligações wireless e por satélite” (MARTINS, 2008: 234). Na IADS “os radares de vigilância que servem de alerta antecipado e orientação para os SAMs³⁵ são os mesmos que servem para vetorar os aviões em direção aos inimigos [...] [e] se constitui de rede única e interligada apenas por cabos” (MARTINS, 2008: 233). Em outras palavras, da mesma forma que na batalha naval, a RPC tem condições de acabar com a cadeia de comando, controle e comunicações de Taiwan, e estabelecer a supremacia aérea, agora se valendo também de munição guiada de precisão e bombas-cacho, antes mesmo de os aviões da Ilha conseguirem levantar voo:

“Cumprir retomar que, quando a IADS de Formosa sucumbir, não haverá defesa contra os pesados mísseis cruzadores, lançados diretamente do território da China continental, e tampouco para o ataque de munição guiada de precisão (mísseis e bombas) por parte de aeronaves chinesas. Nesta situação, o quadro que surge tem um sabor de déjà vu; parece uma reedição do bombardeio estadunidense ao Iraque em 1991. Neste caso, qualquer coisa que se mova, qualquer posto de comando e controle, qualquer unidade de infantaria estará permanentemente sob a mira e o fogo dos 70 JH - 7 que, com suas 9 toneladas de carga de armas, varrerão a superfície dando cobertura à operação de desembarque. Foi justamente este o papel cumprido pelos F-111 (equivalente americano do JH-7) no Iraque em 1991. Destruíram sozinhos de 900 a 1.500 tanques de Saddam Hussein.” (MARTINS, 2008: 236)

³⁵ Mísseis anti-aéreos lançados da superfície.

4.2 Breve comparação das capacidades estadunidenses e chinesas

Está estabelecido que, então, iniciar as operações de desembarque, tanto anfíbio quanto aéreo, não seria impossível para a China, apesar de custoso. A partir daí, para onde iria a operação? Para responder a essa pergunta temos de inserir um novo elemento na análise, isto é, a presença estadunidense. É senso-comum considerar os Estados Unidos como a maior potência global desde o início do século XX. Atualmente, é factível ainda considerá-lo assim pelo seu indiscutível peso econômico, político e militar. A grandiosidade militar estadunidense é resultado não só de suas forças convencionais sem par e seu *status* nuclear, mas também do fato de ser o país com maior capacidade de projeção de forças do mundo. A projeção de forças da Marinha dos Estados Unidos pelos mares está alicerçada em um aspecto principal: sua mobilidade estratégica. Essa mobilidade é garantida pelo uso de seus porta-aviões, que patrulham os oceanos do mundo em onze “Carrier Strike Groups”³⁶.

Nenhum outro país se iguala essa capacidade de projeção em qualquer parte do globo. O que lhes resta é, portanto, tentar negá-la aos Estados Unidos em suas águas próximas. É assim que surgem os conceitos “Anti-Acesso” e de “Negação de Área” (A2/AD, na sigla em inglês). O primeiro significa impedir a chegada das forças estadunidenses à área em questão, e o segundo impedir-lhes que, uma vez acessada a área, seja-lhes possível atuar dentro dela (KREPINEVICH *et al.* 2003). Interessante notar como essas técnicas têm evoluído ao longo do tempo, mesmo antes de se cogitar a criação dos conceitos de A2/AD, a China já havia desenvolvido capacidades antiaérea e antinavio.

A República Popular da China vem aumentando seus investimentos em tecnologia bélica, e o avanço e modernização de suas técnicas A2/AD já vem causando preocupação entre os formuladores de política e analistas de estudos estratégicos estadunidenses.

Como colocado no livro “Fazendo frente ao desafio de Anti-Acesso e Negação de Área”,

“Durante a Guerra Fria, a postura de defesa dos Estados Unidos exigia que forças substanciais fossem alocadas no exterior, como parte de uma estratégia militar que enfatizava a dissuasão e a defesa avançada. (...) Os Estados Unidos tinham uma compreensão clara das principais ameaças à sua segurança, alta confiança quanto ao local em que os principais atos de agressão eram susceptíveis de ocorrer, e uma crença de que as bases avançadas eram razoavelmente seguras, mesmo em caso de ataque inimigo. Estas condições já não existem ou, quando o existem, estão sujeitas a tendências que parecem muito desfavoráveis para a sua sobrevivência a longo prazo.”³⁷ (KREPINEVICH *et al.*, 2003:i)

³⁶ Conferir <<http://www.navy.mil/navydata/ships/carriers/powerhouse/cvbg.asp>>.

³⁷ Tradução do autor do original: “During the Cold War, the United States defense posture called for substantial forces to be located overseas as part of a military strategy that emphasized deterrence and forward defense. (...)The

Os autores apontam para dois motivos que explicariam essa mudança. Primeiramente, o próprio fim da Guerra Fria retirou dos Estados Unidos seu grande adversário, que moldava grande parte de sua política externa. Consequência disso foi um realinhamento das suas prioridades estratégicas, ocasionando a volta para o país de grande parte dos contingentes instalados na periferia do antigo bloco socialista. Em outras palavras, diminuiu-se a presença física estadunidense no globo, em termos militares. Longe de significar um distanciamento desse país da política mundial por mero desinteresse, esse recolhimento das tropas foi apenas uma adequação a uma nova realidade, a da Era Expedicionária, em que a sociedade civil estadunidense não aceitaria tão facilmente a ideia da necessidade de permanência militar extensiva além-mar sem um inimigo externo tangível.

O segundo motivo, que se encaixa mais na análise proposta por esse artigo, é o próprio desenvolvimento das técnicas assimétricas de resposta à capacidade de projeção dos Estados Unidos. Um dos preceitos básicos da Era Expedicionária, como definido pelos autores, é justamente ter a capacidade de, em curto período de tempo³⁸, projetar forças em qualquer ponto em crise no globo sem aparato militar estadunidense previamente instalado, como ocorria na época da bipolaridade nos países da OTAN, OTASE e CENTO, entre outros. Após a volta das tropas, o paradigma de projeção se baseava em tirar proveito de bases militares com menor proteção dos próprios países nos quais a hipotética intervenção ocorreria, capturando-a e utilizando-a em vantagem própria. Atualmente, para poder atuar nos pontos chave do globo, os Estados Unidos necessitariam enviar e manter forças marítimas nas áreas litorâneas em escala muito maior para influenciar tais operações em terra, tendo em vista a disseminação progressiva de tecnologia militar para os outros países. É nesse contexto que se encaixa a importância dos porta-aviões. O desenvolvimento das técnicas A2/AD, entretanto, impossibilita realizar plenamente essa projeção.

O estado da arte das capacidades A2/AD foi inicialmente denominado como “Maça Assassina”³⁹ (CORPUS, 2006). A alusão vem de uma antiga lenda chinesa, na qual um camponês não muito forte conseguiu derrotar um inimigo muito maior através de um único golpe de maçã desferido diretamente na cabeça do adversário. A “Maça Assassina”, como explicada por Victor Corpus, consiste na saturação das defesas dos Carrier Strike Groups

United States had a clear understanding of the principal threats to its security, high confidence as to where major acts of aggression were likely to occur, and a belief that forward bases were reasonably secure, even in the event of enemy attack. These conditions either no longer exist or, where they do, are subject to trends that appear most unfavorable to their long-term survival.” (KREPINEVICH et al., 2003:i)

³⁸ Os autores colocam que 120 horas seria o limite máximo de uma capacidade de projeção factível.

³⁹ A maçã é uma arma branca medieval, parecida com uma clava.

(CSGs) através do uso de mísseis cruzadores lançados de terra e de destroieres. Focando tais mísseis no porta-aviões que chefia o CSG, seria possível desabilitá-lo e negar, ou pelo menos reduzir drasticamente, a atuação estadunidense na área. Corpus também confere grande importância aos ataques de pulso eletromagnético (EMP)⁴⁰ como faceta do desenvolvimento de técnicas assimétricas.

Os Estados Unidos estão cientes da nova realidade imposta pelo avanço de tais técnicas assimétricas. Grande parte do desenvolvimento recente do sistema Aegis, sistema de monitoramento e resposta rápida a ameaças balísticas, foram feitos tendo em vista contrabalancear a capacidade chinesa de saturar a defesa dos porta-aviões com seus mísseis cruzadores (STRATFOR, 2012).

Para operacionalizar tal comparação, monta-se aqui um cenário prático de enfrentamento sino-estadunidense durante uma invasão da Ilha de Taiwan. Qualquer análise que tente inserir o resultado do atrito de batalha deve contar com uma boa margem de erro, tendo-se em vista o número de variáveis envolvidas, as quais muitas vezes não se consegue mensurar. A título de exemplo, por mais prosaico que possa parecer, podemos nos perguntar o que aconteceria se no momento da batalha estivesse chovendo. Isso não é irrelevante, tendo em vista a impossibilidade de se valer tanto das imagens de satélite quanto seria possível em um dia com o tempo aberto. É por isso que as análises militares geralmente contam com uma variedade grande de cenários, tentando abarcar o maior número possível de variáveis, e utilizam-se de jogos para delinear as possibilidades de resultado especuladas. Entretanto, tal análise fugiria do escopo desse trabalho. Isto é, o objetivo aqui não é descobrir o resultado em si de um quadro de invasão, mesmo que isso seja possível. O objetivo aqui é apontar, como colocado no início da seção, como as partes envolvidas percebem que podem ser os resultados, e como se comportam tendo essa informação. O que importa aqui é o resultado político da análise prévia de capacidades. É nesse sentido que se insere a defesa de Mearsheimer quanto à escolha do melhor parâmetro para mensuração de tais capacidades: pelas questões materiais, e não pelos resultados. Mesmo que fosse possível extrapolar resultados passados para se antever possibilidades futuras, o passado é sempre influenciado por questões que não entram nos cálculos dos estadistas ao lidar com questões práticas de política externa que apontem para necessidade do emprego da força. O que se tentará fazer aqui é, portanto, delinear um horizonte

⁴⁰ Segundo o autor, a explosão nuclear acima de um megaton a cerca de 400 km de altitude do centro dos Estados Unidos danificaria toda rede elétrica, desabilitaria aparelhos eletrônicos com microchips e destruiria satélites; a economia pararia, as cadeias de comando e controle seriam cortadas, as defesas estadunidenses antimísseis balísticos seriam desativadas (CORPUS, 2006b).

de possibilidades que deem conta, em seus dois extremos, de englobar as variáveis de comparação qualitativa das forças envolvidas que possam ter entrado na análise chinesa, taiwanesa e estadunidense.

Primeiramente, pelos cálculos feitos por José Martins no que tange o desembarque chinês na Ilha, o ELP teria capacidade transportar, após a tomada dos pontos de desembarque e se desconsiderando o atrito da batalha com as forças taiwanesas, 32.000 homens por surtida anfíbia (MARTINS, 2008: 228). Logicamente, por causa do atrito, esse número será reduzido. Quanto ao envio aéreo de homens, após a tomada da cabeça de praia, Martins não entra na questão do papel do aerotransporte de soldados para a Ilha. Todavia, dado o desenvolvimento das capacidades de transporte das Forças Aéreas do ELP desde a data em que seu estudo foi feito e hoje não pode ser ignorado. Em 2008, a China tinha à sua disposição apenas os já mencionados Y-7, Y-8 e Il-76, em número de 41, 48 e 30, respectivamente (MARTINS, 2008: 223). Hoje em dia, entretanto, o número dessas aeronaves aumentou para 59 e 71 para os dois primeiros e há uma encomenda para compra de mais 30 do terceiro. Além disso, está prevista a entrada em serviço do Y-20, havendo também a possibilidade de uso de helicópteros para transporte (BADELEY, 2012; FLIGHT GLOBAL, 2013: 12). Considerando isso, a capacidade de deslocamento de forças chinesas para o campo de batalha, nota-se que Martins subestimou as capacidades de aerotransporte chinesas.

Diferentemente da doutrina estadunidense, que trabalha apenas com a possibilidade de utilizar os meios militares em operações, os chineses por diversas vezes mostraram que estão dispostos a usar meios civis em combate, como mostra a Figura 3.1 (MURRAY *et al.*, 2009: 31). Ou seja, depois de assegurada a cabeça de praia e a área de desembarque, embarcações e aeronaves civis, escoltadas pelos caças chineses, poderiam continuar o envio de tropas, aumentando o número de forças na Ilha.

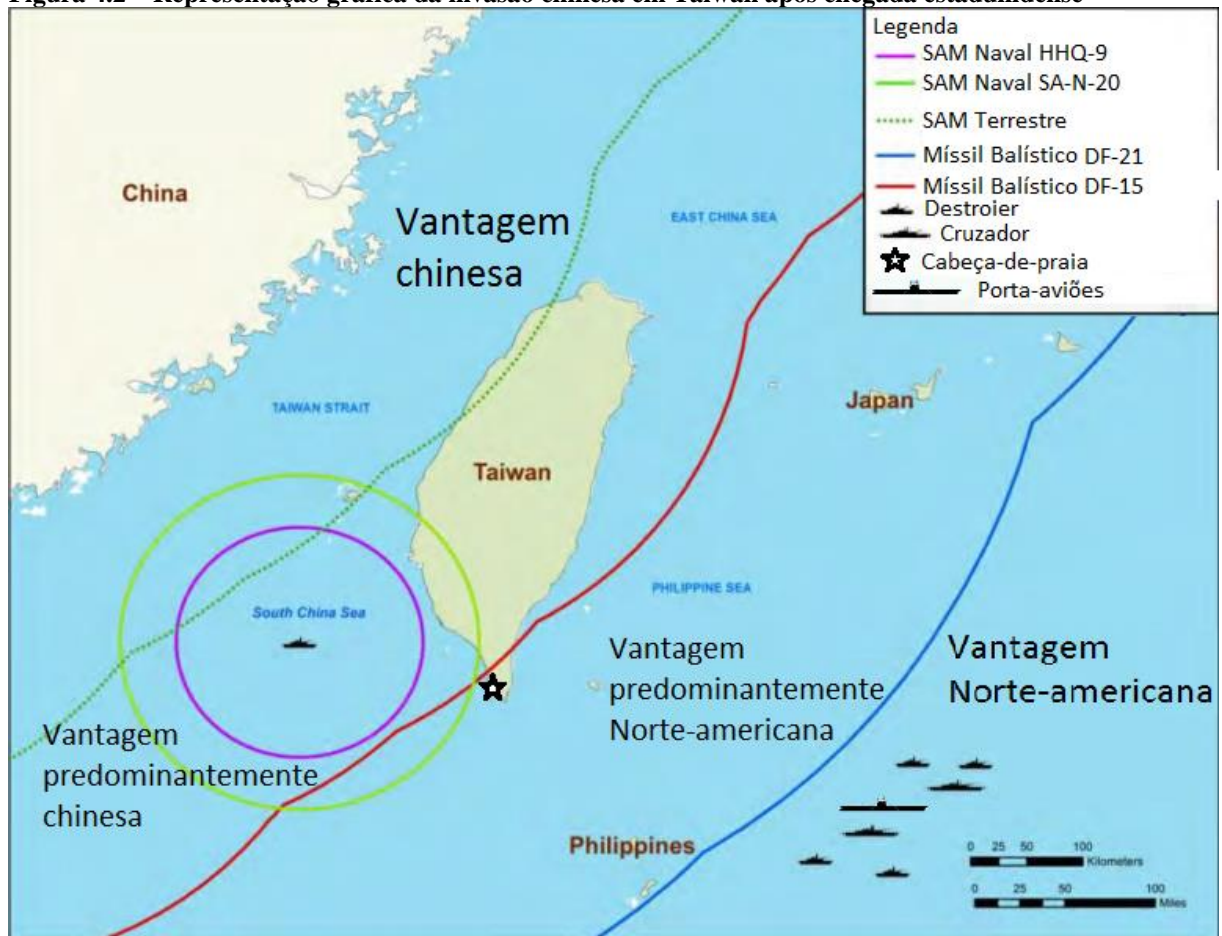
Figura 4.1 – Milícia do Povo, sob comando da Marinha do EPL, realizando funções de colocação de minas com embarcações civis pesqueiras – Base militar de Sanya, 2004.



Fonte: Chinese Mine Warfare. Naval War College. Murray *et al.*, 2009, p. 31.

Do lado estadunidense, sabe-se, como mencionado e observado no caso da Terceira Crise do Estreito, que sua projeção de forças se dá pelos grupos de porta-aviões. Atualmente, eles possuem um desses grupos patrulhando a área designada como responsabilidade da Sétima Frota, que engloba o Pacífico Ocidental e grande parte do Oceano Índico (STRATFOR, 2013). A base naval mais próxima de Taiwan é a base de Guam, a cerca de 2.700 km de distância do porto de Hualian, em Formosa. Após a eclosão de um conflito, o tempo de deslocamento de um porta-aviões da base Guam para a região de Taiwan, levando-se em conta sua velocidade média de 56 km/h, é de pouco mais de 48 horas. Ou seja, nos dois primeiros dias, sabendo que a RPC tem condições de impor superioridade aérea sobre Taiwan, o ELP conseguiria levar uma grande quantidade de soldados para a Ilha: 62.000 na primeira leva, além das surtidas das aeronaves militares elencadas e o uso das embarcações e aviões civis. Depois disso, o número de perdas aumentaria muito, por causa da chegada do porta-aviões dos Estados Unidos. A fim de facilitar o exercício, a seguir mostra-se uma representação visual da situação após a chegada estadunidense.

Figura 4.2 – Representação gráfica da invasão chinesa em Taiwan após chegada estadunidense



Adaptado de: Chinese Military Modernization and Force Deployment. CSIS. Cordesman *et al.*, 2013: 323.

Como podemos ver, a cabeça de praia proposta por José Martins, se baseando na quantidade menor de civis, a distância maior de Taipei, e a qualidade mais plana do terreno, se encontraria mais ou menos na divisão das áreas de vantagem estadunidense e chinesa, dada pelo alcance dos mísseis balísticos DF-21. A batalha aérea ocorreria mais ou menos na região da cabeça de praia. A ala aérea do porta-aviões, como já dito, é composta por até 70 aeronaves. A China possui um total de quase 600 caças de quarta-geração (CORDESMAN, 2013: 214). Como já foi frisado diversas vezes, o embate frontal de forças militares é de difícil mensuração, então, para poder vislumbrar melhor o cenário decorrente, se propõem diferentes resultados que equivalem à quantas aeronaves chinesas os Estados Unidos conseguiriam derrubar por caça perdido, em média. Como fica claro a partir disso, se presume superioridade técnica das aeronaves estadunidenses. Sabendo-se que os EUA dispõem de 70 unidades e, segundo Cordesman (2013:310), na região do Estreito o ELP tem 330 caças, tem-se:

Tabela 4.2 – Ponderações de baixas entre os EUA e a RPC em caso de combate aéreo

Razão de perda EUA/China	Baixas dos EUA	Baixas da RPC
1:5	66	330
1:4,5	70	315
1:4	70	280
1:3,5	70	245
1:3	70	210
1:2,5	70	245
1:2	70	140

Fonte: Aircraft Carriers Fact File. US Navy, 2013.

Chinese Military Modernization and Force Deployment. CSIS. Cordesman *et al.*, 2013: 310

Os números apontam para um resultado favorável para a RPC até em uma razão de quatro aeronaves e meia perdidas, em média, para cada caça estadunidense abatido. Esse é um número bastante alto levando-se em conta a modernização das aeronaves chinesas para a Quarta Geração (CORDESMAN, 2013: 215). E deve-se ter em mente que este é o contingente chinês alocado na proximidade de Taiwan. O número total de caças chega à cifra de 1700 se considerado em sua totalidade (CORDESMAN, 2013: 308). A partir disso, fica incerta a questão de se os EUA estariam dispostos a perder toda a ala aérea de seus porta-aviões para proteger a Ilha e ainda assim não conseguir expulsar os soldados do ELP. Por fim, o desembarque de tropas dos EUA deveria ser feito pela costa leste, existindo para tanto apenas o porto de Hualian para tanto, à nordeste da Ilha. Por ela ser cortada ao meio por uma cordilheira, que corre longitudinalmente do centro à sudeste, as forças estadunidenses teriam que ir à norte, dando a volta na cordilheira e utilizando as vias principais taiwanesas que correm na porção oeste da Ilha na sua marcha ao sul. Fazendo isso, entretanto, se colocam expostos à aos mísseis DF-15 e DF-21 chineses, inclusive. A manutenção da cabeça-de-praia por si só produz um impasse. Terá de ser removida pelos próprios taiwaneses, que nesse caso terão de passar para o ataque. É por isso a colocação de José Martins sobre o fato de a RPC poder se aproveitar das vantagens da defesa em uma ofensiva à Taiwan.

A RPC tem, segundo o próprio Relatório do Pentágono, se preparado ao longo dos anos para ter uma flexibilidade de ação em contingências interestreito. A Força de Segunda Artilharia, que controla os mísseis balísticos da RPC, está preparada para conduzir ataques de curto-alcance e de precisão contra alvos taiwaneses para diminuir as defesas da Ilha, neutralizar sua liderança ou acabar com sua vontade de lutar. A Força Aérea do EPL mantém posicionadas aeronaves avançadas capazes de alcançar a Ilha, garantir superioridade aérea e realizar ataques ao solo; controla sistemas de defesa aéreos de longo alcance para barrar contra-ataques; e, com

o desenvolvimento das aeronaves de apoio, detém capacidades de Inteligência, Vigilância e Monitoramento para suporte das operações. A Marinha do EPL está melhorando suas capacidades antiaéreas e antissuperfície, dentro do paradigma do A2/AD comentado anteriormente. Os submarinos adicionais, aeronaves de quarta geração e combatentes de superfície flexíveis servem para conter a intervenção de terceiros em um teatro de operações interestreito. As forças terrestres têm melhorado suas redes de dados para proporcionar melhor comando e controle nas operações, além de preparar defesas antiaéreas em pontos críticos no caso de um combate com Taiwan.

Uma breve ressalva deve ser feita, entretanto. A utilização dos aparatos mencionados não se restringe somente ao cenário de invasão da Ilha, ou mesmo sua intervenção limitada. Por ser uma potência econômica ascendente, é natural que os investimentos em defesa acompanhem o que o país percebe como condições básicas de manutenção de suas atividades. Em outras palavras, a defesa de um país deve servir como salvaguarda ao seu desenvolvimento⁴¹. A RPC está envolvida em questões que afetam sua soberania e integridade territorial em uma série de pontos geográficos. As controvérsias envolvendo os Mares do Sul e Leste Chinês colocam as linhas de suprimento e comércio chinesas em risco de fechamento (KANTER et al., 2012). O separatismo no Tibet e no Xinjiang apresenta uma contingência interna ao território chinês. A instabilidade da península coreana contribui para aumentar a percepção da possibilidade de uma intervenção externa próximo à suas fronteiras.

Nota-se o reconhecimento implícito dos Estados Unidos não poder contar uma invasão à Taiwan sem atacar a China no continente, ou seja, negar as capacidades que garantem a manutenção da sua zona de vantagem: as bases aéreas, sua Força de Segunda Artilharia e seus SAMs. Isso leva à recente incorporação do conceito de Batalha Aeronaval⁴² na doutrina americana, que coloca uma nova contingência na pauta do dia da Defesa Nacional chinesa que exige preparação. Portanto, o que se quer deixar claro aqui é que, apesar de não poder se dizer que o aumento do poder bélico chinês está sendo direcionado com o intuito de usar a força no Estreito de Taiwan, tais incrementos inegavelmente colocam a China em uma posição mais vantajosa, em relação ao passado, para uma operação na Ilha.

⁴¹ Para um estudo histórico que compara ascensão econômica e investimentos em defesa, indica-se o livro de Paul Kennedy (1991).

⁴² A Batalha Aeronaval é a forma proposta por alguns setores privados e do governo estadunidense para responder aos recentes desenvolvimentos de técnicas de resposta assimétricas por países em pontos do globo em que o interesse nacional dos Estados Unidos esteja em jogo. Trata-se, sinteticamente, de uma resposta preemptiva que integra conjuntamente as capacidades operacionais das Forças Aéreas e Navais norte-americanas. Por se propor preemptiva, aumenta significativamente a percepção de ameaça chinesa. Foi adotada na Grande Estratégia estadunidense de forma oficial na Revisão Quadrienal de Defesa de 2010 (EUA, 2010:32).

Por fim, vemos o quadro do impasse: a China provavelmente conseguiria se estabelecer na Ilha e se defender do primeiro CSG que chegaria, que é da própria Sétima Frota estadunidense, sempre presente no Pacífico. Não é possível mensurar, pelo menos não no escopo aqui proposto, o tempo que levaria para mais CSGs chegarem. A situação já estaria completamente diferente também, o que tornaria as especulações desnecessárias. O que se coloca aqui, entretanto, tem repercussões maiores do que a própria soberania sobre a Ilha de Taiwan. A Terceira Crise foi responsável, na década de 90, por acabar com um debate iniciado por William E. Odom em seu livro de 1993 “America’s Military Revolution: Strategy and Structure after the Cold War”. O debate é análogo àquele mostrado nesse capítulo, sobre como deveria se basear a estrutura de forças estadunidenses após a Guerra Fria, quando os Estados Unidos deixaram de necessitar manter suas tropas alocadas em diversas regiões do globo. No fim das contas, o modelo proposto por Odom – focado na Força Tarefa Pesada de Aviação, que reduziria o déficit fiscal, podendo assim aumentar o investimento em tecnologia, e baseado no Poder Brando estadunidense para possibilitar a concertação de forças dos países aliados ao redor do mundo para se apoiar a projeção de forças – foi preterido pelo modelo baseado na manutenção dos CSGs espalhados pelos mares. Esse modelo, mais caro, demonstra como os Estados Unidos se fizeram reféns dos interesses patrimoniais na segurança nacional, após as reformas de Clinton que uniram sob a mesma tutela as forças navais e aéreas, ambas imprescindíveis para projeção. Fica claro agora o posicionamento do Pentágono em seu Relatório: tenta mostrar que deixar em cheque as forças chinesas é essencial. Perder Taiwan, para o Pentágono, seria perder grandes somas de dinheiro de custeio da sua onipresença, pois é a última situação em que os Estados Unidos ainda necessitam dos CSGs.

4.3 Perspectivas doutrinárias e das capacidades taiwanesas

Agora, do lado taiwanês, se discutirá o que as recentes alterações da doutrina e do perfil de força apontam. Em notícia divulgada recentemente e de forma ampla na mídia mundial, o Relatório de Defesa Nacional elaborado pelo Ministério de Defesa Nacional de Taiwan teria afirmado que, dado o aumento do poderio bélico da RPC nos últimos anos e sua tendência de continuação, o país atingiria até 2020 nível de capacidade que lhe permitiria invadir a Ilha com sucesso e ainda impedir que socorro externo alterasse a situação (TAIWAN, 2013a). A leitura do Relatório mostra que não é essa a opinião expressa no documento. Nas palavras do Relatório:

“A República Popular da China planeja construir capacidades abrangentes para o uso de força militar contra Taiwan até 2020. No futuro, a República Popular da China vai continuar a usar as operações conjuntas como a forma básica de operações, e tem como objetivo prevenir eficazmente as forças estrangeiras de intervir em suas operações contra Taiwan, o que representa uma ameaça crescente.”⁴³ (TAIWAN, 2013c:66)

A diferença no conteúdo das asserções deve ser rapidamente avaliada antes de se prosseguir com a análise. Enquanto que a primeira visão demonstra uma preocupação com as capacidades chinesas em si, a segunda aparentemente procura inserir na análise das capacidades também um elemento de doutrina, explicitamente afirmando que a RPC planeja usar força contra a Ilha até 2020. A sessão segunda do Relatório de Taiwan, na qual o excerto acima se encontra, se baseia no Livro Branco de Defesa da RPC publicado em abril de 2013 com o título “O Emprego Diversificado das Forças Armadas da China”. Este documento faz menção, de fato, ao posicionamento habitual chinês de não descartar o uso da força caso questões de soberania, integridade territorial, segurança e estabilidade estejam em jogo (CHINA, 2013). Em nenhuma parte do documento, entretanto, nota-se algum tipo planejamento para preparação de uso de força no período mencionado no Relatório taiwanês.

O tom da avaliação exposta acima aponta, portanto, para uma preocupação que pode refletir apenas a percepção do órgão que elaborou tal análise, posta assim de forma deliberada para se angariar apoio a uma causa que este julga como urgente: “planeja construir capacidades”, “até 2020”, “ameaça crescente”. Isso pode advir do temor crescente frente a um poderio bélico percebido como antagônico, isto é, a crescente capacidade militar da RPC. A análise do capítulo segundo procurou mostrar como as questões econômicas, apoiadas por uma distensão diplomática, trazem elementos de longo-prazo que apontam para um esforço deliberado de aproximação com vistas à reunificação, que tende a tomar inércia conforme essas tendências se aprofundam. Logicamente, organizações políticas não são monolíticas, isto é, podem haver grupos dentro do próprio Yuan Executivo de Taiwan, atualmente encabeçado pelo GMD que é pró-aproximação, que não pactuam dessa visão. Além disso, é salutar que as instâncias que lidam com a segurança nacional se preparem para quaisquer contingências que a ameacem. Torna-se importante interpretar corretamente as asserções expostas como posicionamento oficial, entretanto. Em primeiro lugar, como se procurou mostrar no capítulo primeiro e na avaliação do uso da força pelos chineses feita alguns parágrafos atrás, o emprego

⁴³ Tradução do autor do original: “The PRC plans to build comprehensive capabilities for using military force against Taiwan by 2020. In the future, the PRC will continue to use joint operations as the basic form of operations, and aims to effectively prevent foreign forces from intervening in its operations against Taiwan, posing a growing threat.” (TAIWAN, 2013:66)

dos meios bélicos pela RPC tem sido coerente ao longo da história, e a questão de Taiwan não é exceção. Mesmo que levemos em conta colocações das mais pessimistas, como as levantadas por Mearsheimer de que as intenções são incertas e mutantes, o custo político de abandonar os princípios que regem a política de “uma China” seriam altos demais. Ou seja, a não ser que esteja planejando se declarar independente, entrar em guerra civil consigo mesma ou encerrar as discussões sobre reunificação pacífica, Taiwan não precisaria temer um ataque não provocado da RPC, especialmente nesse horizonte de médio prazo. Em segundo lugar, há a preocupação de deixar claro que, apesar de não conseguir tomar a Ilha hoje, a China pretende construir suas capacidades e fazê-lo até 2020. Como mostramos na análise das capacidades, pode-se constatar que há a possibilidade de isso acontecer mesmo com as capacidades atuais das partes. Ainda assim, se continuarem as tendências como elas estão postas, os custos e riscos de se fazer isso estarão muito menores em 2020.

O que Taiwan parece querer mostrar, de forma parecida com a postura do Relatório do Pentágono, é que, se por um lado a defesa da Ilha irá necessitar de mais atenção para prevenção de um ataque chinês, ela não está tão minguada a ponto de ser mais eficiente uma troca de abordagem estadunidense que deixe os taiwaneses à própria sorte.

Vejamos agora como a doutrina taiwanesa, expressa principalmente naquela asserção do Relatório de Defesa Nacional, se relaciona ao seu perfil de forças. Primeiramente, deve-se lembrar que Taiwan sempre alicerçou sua construção de capacidades focando-se em vantagem qualitativa, e não quantitativa, por causa das restrições populacionais às quais sabia que estaria submetida e por causa do apoio externo oferecido pelos Estados Unidos sob o Ato de Relações com Taiwan (CORDESMAN *et al.*, 2013). A superioridade tecnológica de suas forças armadas sempre foi algo em que a Ilha se apoiou para pautar sua defesa, ao lado de fatores como geografia vantajosa e a crença de que a China não possuía capacidades para projetar forças suficientes através do Estreito para tomar a Ilha com sucesso (EUA, 2013). Para o Ministério de Defesa Nacional de Taiwan, como mostrado Relatório de Defesa Nacional, a situação mudou com o avanço das capacidades da RPC:

“O poder nacional abrangente da RPC tem crescido rapidamente nos últimos anos, e com o aumento substancial do seu orçamento de defesa a capacidade do ELP têm aumentado significativamente, acelerando o desequilíbrio da força militar no Estreito de Taiwan e inclinando a situação em seu favor. A habilidade do EPL para realizar um bloqueio naval de Taiwan e tomar as ilhas menores é uma séria ameaça à nossa segurança nacional. A força do ELP vai continuar a crescer num futuro próximo, e vai desenvolver ativamente estratégias e táticas A2/AD, desenvolver armas de precisão

de longo alcance, e alargar a sua abrangência de projeção de poder, que se tornarão desafios à nossa segurança nacional.”⁴⁴ (TAIWAN, 2013:67)

Para contextualizar a situação das capacidades militares de Taiwan e suas pretensões no que tange planejamento das Forças Armadas, dada a condição apontada no excerto acima, precisamos ter claro os desenvolvimentos recentes em termos de poderio bélico. Um dos pontos mais importantes das transformações das Forças armadas taiwanesas diz respeito a redução de seus contingentes de pessoal ativo para 215.000 e sua transição para um corpo militar voluntário, não mais de conscritos. O objetivo dessas reformas é aumentar a qualidade do pessoal ativo, diminuindo o contingente total para poder aumentar os salários e benefícios. Isso teve por consequência desviar recursos dos programas de aquisição, investimento e preparação para o custeio de pessoal. Além disso, o orçamento da defesa taiwanesa caiu para aproximadamente 2% de seu PIB (EUA, 2013). Na continuação do texto acima, o Ministério de Defesa Nacional afirma que:

“Ameaçada pela recusa da RPC a renunciar ao uso da força militar contra Taiwan, a nossa política de defesa nacional [pretende] construir uma força de defesa "República da China Rígida", e adotar conceitos "inovadores / assimétricos" com base nas tendências do ambiente de segurança, inovações tecnológicas, e necessidades estratégicas, de modo a melhorar o desempenho de operações conjuntas, criar um mecanismo de desenvolvimento de armas robusto, e combinar a força do povo para desenvolver uma força de elite "pequena, mas excelente, forte e inteligente", que pode defender a soberania da República da China e seus interesses nacionais, bem como manter a paz e a segurança no Estreito de Taiwan.”⁴⁵ (TAIWAN, 2013:67-68)

Nota-se, pela ênfase em “adotar conceitos inovadores/assimétricos” se baseando nas tendências atuais – tanto do ambiente securitário que se insere Taiwan quanto das novas tecnologias –, que Taiwan, vendo suas vantagens estratégicas erodirem frente a uma China ascendente, resolve mudar sua estratégia e tirar proveito do movimento estadunidense de

⁴⁴ Tradução do autor do original: “The PRC’s comprehensive national power has rapidly grown in recent years, and with the substantial increase of its defense budget, the PLA’s capabilities have significantly increased, accelerating the imbalance of military strength across the Taiwan Strait and tilting situation in their favor. The PLA’s overall ability to blockade Taiwan and seize offshore islands is a serious threat to our national security. The PLA’s strength will continue to grow within the foreseeable future, and it will actively develop A2/AD strategies and tactics, develop long-range precision weapons, and extend its power projection range, which will become challenges to our national security. (TAIWAN, 2013:67)

⁴⁵ Tradução do autor do original: “Threatened by the PRC’s refusal to renounce the use of military force against Taiwan, our national defense policy is to build a “Hard ROC” defense force, and to adopt “innovative/asymmetric” concepts based on trends of the security environment, technological innovations, and strategic requirements, so as to enhance joint operations performance, establish a robust armaments development mechanism, and combine the people’s strength to develop a “small but superb, strong and smart” elite force that can defend the ROC’s sovereignty and national interests, as well as maintain peace and security in the Taiwan Strait.” (TAIWAN, 2013:67-68)

retorno ao Pacífico⁴⁶. Uma das abordagens propostas para esse retorno toma a forma do *Offshore Control*, propalado por autores como Stephen Walt (2011), Hammes (2013), e pela RAND Corporation (2013), todos importantes formadores de opinião nos Estados Unidos. Basicamente, tal estratégia significaria investir nas capacidades A2/AD de aliados ao longo da costa chinesa, para garantir-lhes capacidade de negar projeção de forças nos mares vizinhos daquele país. Tal estratégia vai ao encontro de premissas já propostas por outros autores de como deveria se pautar a política externa estadunidense, de criar e manter balanças de poder regionais e deixar em cheque a ascensão de hegêmonas regionais rivais. Por terem capacidade de negar acesso às linhas de comunicação chinesas àquele país, os aliados estadunidenses poderiam, se necessário, privar a China de boa parte do seu comércio e abastecimento da sua indústria, causando graves danos à sua economia. Ao se inserir nessa estratégia, Taiwan estaria aumentando seu poder dissuasório ao mesmo tempo que corta custos relacionados ao custeio das Forças Armadas.

Como mostrado alguns parágrafos atrás, o tom do Relatório taiwanês é bem diferente daquele utilizado por seu líder, Ma Yingjiu. Longe de significar uma alteração na postura da Ilha, o que isso indica é mais a percepção em termos militares do Ministério da Defesa Nacional, que elabora o documento. Além disso, a tentativa de reverter o quadro de erosão relativa de sua capacidade dissuasória não necessariamente está relacionado com uma vontade de enfrentar o ELP, mas sim procurar ter voz alicerçada em capacidades materiais durante o processo de unificação. A preocupação de manter suas instituições até mesmo após a unificação é o que motiva Taiwan a manter suas capacidades frente à uma China ascendente, e buscar se inserir na nova lógica do *Offshore Control* é um dos métodos possíveis.

Assim é o quadro das capacidades em um cenário de intervenção chinesa no estreito de Taiwan, com participação estadunidense. Como foi dito, tal intervenção pode ser feita pela China em caso de declaração de independência, guerra civil ou presença de armas de destruição em massa, se utilizar a força for visto como vantajoso dada a situação. Os Estados Unidos chegariam após o estabelecimento chinês na Ilha, e com um CSG não parecem ter capacidade de forçar a saída chinesa. Apesar de não poder se afirmar que a China conseguiria tomar o poder em Taiwan, como vimos esse não precisa ser o objetivo. Após desembarcar, se Taiwan desfizer a sua declaração de independência, a RPC poderia deixar a Ilha com a certeza de que a volta do *status quo* serve aos seus propósitos. Mas e quanto aos Estados Unidos? Poderiam os Estados

⁴⁶ Tal retorno agrupa uma série de iniciativas tomadas antes e principalmente após a eleição do presidente Obama em 2008 com o intuito de inserir os Estados Unidos como principal ator no Pacífico, e teve sua forma oficial declarada em artigo da então Secretária de Estado Hillary Clinton na revista *Foreign Policy* (2011).

Unidos dizer que teve sucesso após não conseguir defender a independência de seu aliado? Como os Estados Unidos passariam a ser vistos depois de sua capacidade de conseguir a vitória em qualquer parte do globo, base da sua posição como “polícia mundial”, falhar mesmo com os gastos exorbitantes da manutenção de 10 CSGs? É nesse sentido que Taiwan se insere como um elemento determinante da questão da multilateralidade da política mundial. Tendo isso em mente, passemos à análise política da região.

4.4 Resultados preliminares: os efeitos da ascensão chinesa e da aproximação

Muito tem se escrito sobre as implicações da ascensão chinesa para a política mundial. Especula-se se ela causará concertação ou balanceamento no sistema internacional, ou seja, se será pacífica ou conflituosa. Analistas estadunidenses mais pessimistas afirmam que a China tomará o lugar de liderança de seu país, e que tal processo inevitavelmente levará à guerra. Outros afirmam que tal cenário não ocorrerá, ou porque a RPC não possui, em longo prazo, a capacidade para ultrapassar as capacidades estadunidenses; ou porque não possui tal intento. A seguir, apresenta-se uma revisão da principal bibliografia escrita sobre tal assunto.

John Mearsheimer explicita em diversas publicações sua visão de que a ascensão chinesa não será pacífica. Afirma que mesmo que a China nunca tenha se comportado agressivamente, não quer dizer que não venha a agir assim no futuro, além do fato de que seu comportamento passado se deve a nunca ter tido muita capacidade ofensiva (MEARSHEIMER, 2006a). As relações sino-americanas irão desempenhar, para o autor, um papel crítico no futuro da política mundial. Ele se utiliza das premissas básicas do realismo ofensivo e do registro empírico do comportamento das potências passadas para apresentar suas previsões (MEARSHEIMER, 2010).

A China, segundo Mearsheimer, aumentaria seu poder relativo frente aos seus vizinhos mais fortes, como Japão, Índia e Rússia, e criaria sua versão da doutrina Monroe, expulsando os Estados Unidos da região, como já se pode notar pela tentativa chinesa de diminuir a presença norte-americana no Mar Amarelo e no Mar do Sul Chinês. Em contrapartida, os Estados Unidos provavelmente irão liderar uma aliança com os vizinhos da China para contrabalanceá-la, da mesma forma que fez durante a Guerra Fria, visto que a ascensão chinesa causará medo tanto nos Estados Unidos – que, sendo o hegemona regional não quer competidores – quanto nos vizinhos da China (MEARSHEIMER, 2006b). Thomas Christensen concorda com tal cenário, afirmando que o país seguirá os ditames da política realista no século XXI (CHRISTENSEN, 1996). Ele analisa também como as relações dos Estados Unidos com o Japão afetam a política

externa chinesa e como ações de cooperação entre aqueles dois países são vistas com temor pelos chineses (CHRISTENSEN, 2003).

Outros autores discordam da visão do realismo ofensivo. David Kang afirma que os outros Estados do leste asiático estão na verdade se acomodando à ascensão chinesa devido a sua política de transparência em relação às suas intenções e capacidades (KANG, 2005), e que a saída dos Estados Unidos da região fortalecerá a cooperação e a integração das economias na região. Steve Chan afirma que o balanceamento ocorre contra ameaças, e como os países da região não temem a China, não haverá balanceamento (CHAN, 2010). Discorda de Mearsheimer, dizendo que o desenvolvimento chinês será pautado na economia, tecnologia e globalização, não em competições de segurança ou corridas armamentistas. A visão de Barry Buzan se coloca no meio desses dois polos e decorre de observações históricas e empíricas, salientando o fato da China não buscar fortalecer sua capacidade bélica da mesma forma que potências ascendentes do passado (BUZAN, 2010). O autor coloca que atualmente a China não tem motivos para desafiar politicamente os Estados Unidos, e sua estratégia desenvolvimentista tem muito a ganhar tendo esse país como líder estabilizador do sistema internacional. Entretanto, futuramente, os interesses dos dois países podem se tornar conflitantes e a paz entre ambas as nações dependerá de como a China formará sua identidade, de como acomodar-se-á na sociedade internacional e de como irá construir suas relações com o Japão daqui para frente.

Da mesma forma que Buzan, Robert Ross ocupa uma posição mediana, afirmando que a China está emergindo como uma grande potência no Leste Asiático, com incremento econômico e militar. No entanto, apesar de consistir em uma potência econômica em ascensão, Ross atesta que a China não o é no âmbito militar. Na visão do autor, onde a ascensão relativa chinesa se dá tanto em poder econômico como em militar, os Estados secundários estão se acomodando com a China (é o caso de Taiwan, do Japão e da Coreia do Sul). Porém, onde o domínio da ascensão chinesa é menos consistente e limitado a ganhos econômicos relativos, os Estados estão balanceando o poder chinês através do reforço da cooperação em segurança com os Estados Unidos (é o que ocorre com os países marítimos do leste asiático, como Japão, Filipinas, Cingapura, Malásia e Indonésia). Assim, o autor afirma que há a consolidação de uma bipolaridade na região (ROSS 2006). David Shambaugh atesta que a China não possui, nem está construindo, capacidades de projeção de poder militar (SHAMBAUGH 2005). Afirma categoricamente que o realismo ofensivo de Mearsheimer é uma tentativa de encaixar uma teoria em um caso concreto sem ter conhecimento das condições reais do caso, de modo dedutivo, em vez de criar uma teoria a partir dos fatos de modo indutivo. O autor qualifica a

teoria realista como incapaz de explicar uma região complexa como o Leste Asiático, por ser muito simplista. Um autor de peso no tema da ascensão chinesa é Henry Kissinger. Ele mostra como o compromisso dos atuais líderes chineses, que atingiram sua maturidade social durante a Revolução Cultural e puderam viver na pele aquela conjuntura, molda o modelo pelo qual a China buscará seu lugar no cenário internacional. Ele alicerça sua análise também nos princípios que guiam à eras o povo chinês: “gradualista; em harmonia com as tendências e fugindo do conflito aberto; organizada tanto em torno de aspirações morais de uma ordem mundial harmoniosa quanto da dominação efetiva física ou territorial” (KISSINGER, 2011: 480). Por fim, é importante mencionar o peso da abordagem de Barry Posen na estratégia estadunidense para o século XXI. O autor explicita que a hegemonia estadunidense se alicerça no “comando dos bens comuns” – comando⁴⁷ do mar, espaço e ar. Ter primazia nas “áreas contestadas”, onde as capacidades dos adversários colocam a contingência de negação de tal comando, seria a chave para a manutenção da hegemonia, portanto (POSEN, 2003). Apesar de não mencionar diretamente Taiwan nesse sentido, pode-se traçar um paralelo entre a volta estadunidense para o Pacífico e a percepção da ascensão chinesa na região.

Tentemos apreender o melhor das abordagens elencadas acima. Seria de se esperar, em termos práticos, que o Japão de fato se oporia à unificação de Taiwan com o governo continental e que teria motivos para temer os desenvolvimentos das técnicas A2/AD. Qual a relação entre o desenvolvimento das técnicas assimétricas e a importância de Taiwan? Não precisamos de grande esforço teórico para buscar o cerne dessa relação, podemos simplesmente atentar para o posicionamento histórico estadunidense quando lida com os assuntos relacionados à situação interestreito: a busca do *status-quo*, sem reconhecer independência taiwanesa nem soberania do governo continental. Ao fazer isso, apesar de tensionar as relações com a RPC, garantia que esse país não conseguisse projeção sobre o estreito de Luzon e restringia sua atuação sobre o Mar do Sul da China. A produção de planos de contingência entre os analistas estadunidenses sempre foi profícua, e bloquear o fornecimento dos insumos energéticos para a China, se a situação assim exigisse, é uma possibilidade que os Estados Unidos nunca descartaram, sendo Taiwan chave nesse aspecto. Entretanto, a introdução do conceito de Air-Sea Battle na doutrina norte-americana parece alterar esse quadro, inserindo

⁴⁷ Comando, para o autor, “não quer dizer que outros estados não podem usar os bens comuns em tempos de paz. Também não significa que outros não possam adquirir meios militares que podem se mover ou até mesmo através de explorá-los quando desimpedido pelos Estados Unidos. Comando significa que os Estados Unidos obtém muito mais uso militar do mar, espaço e ar do que os demais, que pode ameaçar a credibilidade de negar o seu uso para outros, e que os outros perderiam uma competição militar pelos bens comuns, se eles tentaram negá-los para os Estados Unidos” (POSEN, 2003: 8, tradução do autor).

agora a possibilidade de se aproveitar das tensões interestreito para promover um ataque preventivo às capacidades defensivas chinesas no continente. Portanto, nas duas situações, sob a ótica do *establishment* estadunidense, seria um grande revés permitir que Taiwan retornasse à soberania chinesa, se inserindo aí a diminuição da primazia do comando estadunidense sobre os bens comuns.

Fica mais claro agora a relação entre o jogo estratégico no Pacífico Ocidental e as relações interestreito. A recente aproximação entre a RPC e Taiwan cria um quadro no qual a projeção chinesa nos mares próximos cresceria em grande monta, e que, aliado ao desenvolvimento das técnicas assimétricas A2/AD, colocaria em cheque as capacidades de atuação estadunidenses. Tendo em vista a distância da região, os Estados Unidos dependem de seus CSGs para atuar em teatros no Pacífico Ocidental. Entretanto, a maior marinha de superfície presente na região pertence ao Japão, e não aos Estados Unidos. Diferentemente destes, o Japão tem proximidade física à região e disputas reais com países vizinhos sobre soberania em ilhas do Pacífico, além de possuir SLOCs por toda a área, o que torna o realinhamento da política de Taiwan muito mais periclitante para esse país.

Para ilustrar tal situação façamos uma breve comparação dos principais vasos de superfície, presentes na região do Pacífico Ocidental, desses três países. O Japão possui 44 destróieres, a China 28 destróieres, e os Estados Unidos, 8 destróieres (IISS, 2010). Mesmo que o número de fragatas e de cruzadores possa influenciar em um cenário de batalha, suas funções seriam eclipsadas pelo peso do destróier, tendo em vista que as fragatas teriam como objetivo maior o de combater os submarinos, e os cruzadores o de desempenhar funções antiaéreas (GLOBAL SECURITY, 2013). Ou seja, em termos operacionais, a marinha de superfície japonesa seria avassaladora. Sendo um país insular, é lógico que haveria investimentos no Japão para atingir tal condição e ter capacidade de proteger suas linhas de suprimento.

Em um cenário de guerra, o objetivo dos Estados Unidos seria o de se defender da saturação balística perpetrada pela China em sua manobra de Maça Assassina. O número de destróieres chineses é, entretanto, três vezes e meia o tamanho da estadunidense presente na região. Mesmo que os Estados Unidos, no momento da eclosão de qualquer crise, alocassem um número maior de forças para atuar na região, é incerto o tempo que essas forças levariam para chegar ao teatro de batalha. Outro ponto de dúvida é qual a quantidade de forças que os Estados Unidos poderiam retirar de outras partes do mundo para enviar ao Pacífico Ocidental. Atualmente, os Estados Unidos empregam a mesma quantidade de suas forças navais em cada um dos dois oceanos que os banham. Já há um processo de realocação, em que o Pentágono

planeja aumentar a proporção das forças no Oceano Pacífico para 60% (BBC, 2012); entretanto, se todas as demais proporções forem mantidas, é de se esperar que o número de destróieres aumente de oito para, no máximo, dez na região. Os Estados Unidos ainda ficariam em grande desvantagem, de 2,8 para um; e fica ainda o questionamento de se arriscariam o equipamento mais caro de todas suas Forças Armadas, o porta-aviões, em algum cenário que não afetasse diretamente a sua segurança. Os Estados Unidos poderiam pedir ajuda a seu antigo aliado, o Japão, o que inverteria o quadro a seu favor.

Em 2012 o PDJ sai do poder no Japão, e ascende Shinzo Abe, do Partido Liberal Democrático (PLD). A orientação do PLD, mais voltada ao alinhamento com os Estados Unidos e busca à inserção no mercado liberalizado mundial tende a afastar este país da China. Se insere nesse contexto os recentes embates diplomáticos sobre a questão das ilhas Diaoyu/Senkaku entre China e Japão. Eles ocasionaram o encerramento prematuro de acordos sobre comércio de serviços e cooperação tecnológica que estavam sendo realizados no âmbito da Cúpula Trilateral, entre esses dois países e Coréia do Sul. Quem aparentemente saiu ganhando com isso foi a própria Taiwan, que assinou o CSSTA nesse mesmo ano com a RPC. Ainda assim, mesmo que nesse contexto os Estados Unidos necessite de ajuda para lidar com uma contingência em Taiwan como foi mostrado na primeira seção, fica a questão de se o país abandonaria mesmo a política de “uma China”, pelo fato que a partir de então sua relação com a China estaria para sempre avariada.

De fato, passando para as mãos da RPC, Taiwan daria capacidade plena de controle das SLOCs japonesas na área. Entretanto, não ocorreu oposição japonesa ao gradual processo de aproximação, e nenhum comentário foi feito sobre a retórica mais pujante com relação à unificação adotada por Ma durante sua campanha eleitoral. Além disso, Anti-Acesso e Negação de Área são técnicas mormente defensivas, e se aplicam melhor ao lidar com a “assertividade” militar estadunidense. É de se supor, portanto, que durante o governo do PDJ, diferentemente do que pode ser observado ao longo da história do Japão, o país não considerava mais a China como uma ameaça tão grande. O que pode parecer estranho à primeira vista não aparenta ser tão peculiar se contextualizarmos a situação atual da relação dos dois países. Isto é, a partir de 2009, a China passa a ser a maior parceira comercial do Japão (NEWS, 2009), e este é atualmente o segundo maior parceiro comercial daquela (CHINA, 2012). Além disso, os países têm buscado se inserir em organizações multilaterais regionais da Ásia, como o Fórum Regional da ASEAN e a Cúpula do Leste Asiático, uma das linhas de ação em política externa do PDJ. Tanto a visível interdependência econômica dos dois países quanto o comprometimento

institucional podem estar desempenhando seu papel na desconstrução da percepção de ameaça. Durante seu governo, foi possível notar o aumento das declarações conjuntas e dos compromissos firmados entre China e Japão em torno da questão da integração asiática. Era difícil de conceber, nesse cenário, o Japão aceitando os custos do balanceamento à China (MAGNO, 2012). Com a alteração da postura japonesa, entretanto, o quadro parece ficar mais pessimista para os chineses.

5 CONCLUSÕES

No Capítulo 2, procurou-se demonstrar que, após o fracasso do GMD no continente, este perseguiu a realização a Revolução Nacional na Ilha através de um processo de industrialização calcado no Capitalismo Monopolista de Estado, diferente do modelo liberal adotado antes da fuga para a Taiwan, contudo usando o mercado como critério de desempenho da sua economia. Os chineses do continente, por sua vez, seguiram o modelo soviético que, após a maturação de suas indústrias de base, começa a mostrar seu esgotamento. Com as reformas de Deng, a China emula o modelo taiwanês e reinicia seu ciclo de crescimento, utilizando-se do mercado para estabelecer critérios de desempenho.

As repercussões da economia nas relações interestreito ficam claras ao se avaliar o resultado das crises e na reascensão, já em 2008, do GMD. Em um primeiro momento, se valendo da superioridade qualitativa, vigorava na Ilha a libertação do continente pela força. Entretanto, quando a China adotou uma economia de mercado, passa a suprir o gap qualitativo, com manutenção da superioridade quantitativa. Ou seja, a superioridade qualitativa de Taiwan passa a ser, paulatinamente e mesmo que nunca superada, relativamente reduzida. Isso leva a uma resposta taiwanesa, dada pela busca de independência, que se inicia na terceira crise dos estreitos e só termina com a derrota do PDP em 2008. A volta do GMD, com o discurso pró-aproximação de Ma, em 2008, e sua perpetuação em 2012, ocorre com a percepção de que, além de importar as técnicas de mercado para dinamizar a economia, a China poderia importar a democracia como forma de dinamizar o monopólio político. Afinal, a democracia é um fenômeno recente no leste asiático: Taiwan estabelece a democracia depois de meados dos anos 90; Japão e Coreia do Sul completam a sua democratização nos anos 2000. Dentre esses quatro, a China foi a primeira que iniciou a abertura, há 35 anos. Sem dúvida é a transição mais longa do mundo, mas isso é compreensível dada a magnitude dos problemas da China continental: geográficos, demográficos e ecológicos. Em uma dinâmica comparada, que tenha referência o próprio leste asiático, a democratização da China não é um cenário improvável. Em outras palavras, agora que a possibilidade de “libertar” o continente pela força já é remota, no mínimo, e todas as perspectivas apontam para uma RPC cada vez mais economicamente pujante e militarmente capaz, o melhor cenário possível para Taiwan é moderar a aproximação de forma que a reunificação ocorra mantendo-se suas instituições políticas.

A aproximação entre China e Taiwan serviu como um prelúdio da aproximação China e Japão. Neste sentido, apesar de nunca integrar oficialmente a Comunidade do Leste Asiático,

devido ao princípio de uma só China, a reaproximação entre os dois lados do estreito serviu como esteio de seu estabelecimento. Isso porque, apesar de se manifestar no sentido oposto, o Japão enxerga a questão de Taiwan como concernente à segurança de todo o Leste Asiático. Desse modo fica claro que a aproximação China e Japão foi modulada pela aproximação China-Taiwan. Reter esse mecanismo importa para entender-se porque se processou a desconstrução da Comunidade do Leste Asiático. A China unificada e o Leste Asiático constituir-se-iam enquanto uma hegemonia regional coletiva; ainda assim, uma superpotência. As manifestações anti-japonesas eclodidas em setembro de 2012 na China, à semelhança das de junho de 2013 no Brasil, que brotaram de modo súbito e inesperado, atingiram justamente essa moldura, a Comunidade do Leste Asiático como entorno da integração entre as Chinas.

Esta cadeia de eventos permite finalmente compreender que, se Taiwan foi o pivô para a Comunidade do Leste Asiático, também é o motivo principal que justifica o pretense retorno estadunidense à Ásia ou o “Rebalanceamento da China”. No Capítulo 4 ficou claro o papel da marinha japonesa em contingências envolvendo o estreito de Taiwan. O governo Abe reposicionou o Japão, que passou de principal parceiro econômico da China a seu principal antagonista regional. A doutrina do Air-Sea Battle tem como preocupação neutralizar os embasamentos chineses defensivos dentro do próprio continente. Trata-se de destruir os computadores, radares, SAMS, mísseis balísticos e cruzadores, que permitem a China cruzar o Estreito. Em resumo, a principal conclusão desse trabalho é de que, ainda que de modo dissimulado, os Estados Unidos reconhecem a capacidade da China em retomar Taiwan – nos dias de hoje, não apenas em 2020. Daí o incremento da preparação militar previstos no rebalanceamento e no Air-Sea Battle. Em suma, agora com o apoio da marinha japonesa, os Estados Unidos poderiam dar estatuto de realidade ao rebalanceamento ao impedir a reunificação nacional.

Dentro dos Estados Unidos, os esforços para o rebalanceamento, que tem na sua faceta econômica a Parceria Trans-Pacífica e na militar o Air-Sea Battle e o Offshore Control, advém da noção de que o prestígio norte-americano sofreria um abalo com a reunificação da China, abordagem defendida por autores como Mearsheimer, para quem o objetivo da Política Externa estadunidense tem que ser o de impedir a ascensão de hegêmonas regionais em outras partes do globo, e por Posen, que afirma que o domínio dos bens comuns garante a hegemonia norte-americana⁴⁸. Entretanto, não haveria outras formas pelas quais os EUA poderiam atestar sua

⁴⁸ Os autores não mencionam especificamente a questão de Taiwan, mas pode-se notar como o plano teórico elaborado por eles se encaixa nas repercussões de uma China reunificada (isto é, ascensão de novo hegêmona regional e domínio das rotas marítimas).

liderança? Ao promover, em vez de tentar impedir, a unificação da China, se reafirmaria como líder moral do mundo moderno. Tal visão não deve ser descartada como ingênua por ser aparentemente idealista. Isso porque tal aparência esconde em seu embasamento um cálculo realista sobre a correlação de forças no Estreito. Isso é, para impedir de fato a China de tomar Taiwan, teria que se manter a China como um país subdesenvolvido, pois qualquer grau de desenvolvimento levaria à capacidade militar que minimamente iria lhe facultar o controle do entorno de seus mares. Além disso, não é impensável supor um cenário em que, para impedir o fim da integridade territorial chinesa que viria com a declaração de independência taiwanesa, a China utilizasse seus mísseis para subjugar Taiwan, sem a necessidade de deslocar homens para a Ilha. Em um confronto, a RPC conseguiria, como já foi visto durante o Grande Salto Adiante, recuar suas indústrias para dentro do continente, já Taiwan não. Um outro cenário que poderia advir das tendências atuais seria que, com o esforço para acabar com a Comunidade do Leste Asiático e opor Japão e China, eclodisse uma guerra entre esses dois países. Como demonstrado na conclusão do Capítulo 3, a união China e Taiwan em questões de soberania da China no Leste Asiático, seja no Mar do Sul ou do Leste Chinês, une os dois lados do Estreito. Com a guerra, poderia ocorrer a unificação dos chineses agora com o elemento do nacionalismo chauvinista inserido na questão. Tanto de um jeito quanto de outro os Estados Unidos perde Taiwan. Saber se adaptar às perspectivas irrefreáveis e procurar extrair o melhor cenário delas não é nobre idealismo, e sim o mais puro realismo.

REFERÊNCIAS

- ACADEMICS concerned more about pact's enforcement. **Taipei Times**. 9 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.taipeitimes.com/News/taiwan/archives/2012/08/09/2003539836>>. Acessado em: 07/09/2013
- BADELEY, Adam. The AMR Regional Air Force Directory 2012. **Asian Military Review**. 1º de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.asianmilitaryreview.com/the-amr-regional-air-force-directory-2012/>>. Acessado em: 07/10/2013.
- BBC. Historic China-Taiwan summit held. **BBC News**, 2008. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/7422965.stm>>. Acessado em: 01/08/2013.
- BITZINGER, Richard A., RASKA, Michael. **RSIS Policy Brief: The AirSea Battle Debate and the Future of Conflict in East Asia**. Fevereiro 2013. Disponível em: <http://www.rsis.edu.sg/publications/policy_papers/RSIS_Air%20Sea%20Battle_190213%20v1_Print.pdf>. Acessado em: 15/10/2013.
- BRASIL. Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-10. 2007. Disponível em: <http://www.hmab.eb.mil.br/downloads/outros/glossario_fa.pdf>. Acessado em: 01/11/2013.
- BUSH, R. The Social Foundation of Taiwan's Future: Guns, Wheelchairs and Shark's Fin Soup. **Brookings**, 2010. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/research/speeches/2010/06/13-taiwan-bush>>. Acesso em: 01 Agosto 2013.
- BUZAN, Barry. China in International Society: Is "Peaceful Rise" Possible? **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, p.5-36, 2010.
- CHAN, Steve. An odd thing happened on the way to balancing: East Asian states' reactions to China's rise. **International Studies Review**, Vol. 12 N°. 3, September, 2010, pp. 387-412.
- CHAN, Steve. Commerce between rivals: realism, liberalism, and credible communication across the Taiwan Strait. **International Relations of the Asia-Pacific**, Março de 2009: 435–467.
- CHEN, Erdong. Ambiguity keeps cross-strait thaw alive. **Asia Times Online**. 10 de Março de 2009. Disponível em: <<http://www.atimes.com/atimes/China/KC10Ad01.html>>. Acessado em 15/11/2013.
- CHEN, Zhichao. The Cross-Strait Economic Cooperation Framework Agreement: Deliberation on Economic, Political and Legal Aspects. **Journal of East Asia & International Law**. Regional Focus & Controversies. V. 4, nº 1. 2011.
- CHENG, T.-J. Strategizing Party Adaptation: The Case of the Guomindang. **Party Politics**, Londres, v. 12, n. 3, p. 367-394, Maio 2006. ISSN: 1354-0688.

CHINA. Statistical Communiqué on the 2011 National Economic and Social Development. **Site do Escritório Nacional de Estatísticas da China**. 22 de Fevereiro de 2012. <http://www.stats.gov.cn/english/newsandcomingevents/t20120222_402786587.htm>. Acessado em 18/09/2013.

CHINA. Taiwan Affairs Office; Information Office of the State Council. The One-China Principle and the Taiwan Issue. **Livro Branco**. Fevereiro de 2000. Disponível em: <http://english.gov.cn/official/2005-07/27/content_17613.htm>. Acessado em: 03/11/2013.

CHINA. Full text of Anti-Secession Law. Adopted at the Third Session of the Tenth National People's Congress on March 14, 2005. **People's Daily Online**. Disponível em: <http://english.peopledaily.com.cn/200503/14/eng20050314_176746.html>. Acessado em 10/10/2013.

CHOU, Chi-An. A two-edged sword: the Economic Cooperation Framework Agreement between the Republic of China and the People's Republic of China. **International Law & Management Review**. Vol. 6, Spring 2010. Disponível em: <http://www.law2.byu.edu/ilmr/articles/spring_2010/BYU_ILMR_spring_2010_1_A%20Two-Edged%20Sword.pdf>. Acessado em: 07/09/2013.

CHRISTENSEN, Thomas J. Chinese Realpolitik. **Foreign Affairs**. September/ October 1996.

CHRISTENSEN, Thomas J., China, the U.S.-Japan Alliance and the Security Dilemma in East Asia, in MASTANDUNO, Michael and IKENBERRY, G. John (Eds). **Emerging International Relations Theory and the Asia-Pacific**. Washington D.C.: Columbia University Press, 2003.

CLINTON, Hillary. America's Pacific Century. **Foreign Policy**. v.189, November–December 2011, 56–63.

COOKE, Terry. Cross-Strait Matrix: The Economic Cooperation Framework Agreement. **China Brief**. V. IX, nº. 11, maio 2009. Disponível em: <http://www.jamestown.org/uploads/media/cb_009_06.pdf>. Acessado em: 14/11/2013.

CORDESMAN, Anthony; HESS, Ashley; YAROSH, Nicholas. **Chinese Military Modernization and Force Development: A Western Perspective**. Report of the CSIS Burke Chair in Strategy. Center for Strategic and International Studies. Disponível em: <http://csis.org/files/publication/130930_Cordesman_ChineseMilitaryModernization_Web.pdf>. Acessado em: 19/11/2013. ISBN: 978-1-4422-2776-7

CORPUS, Victor N. The assassin's mace. **Asia Times Online**, 2006. Disponível em: <<http://www.atimes.com/atimes/China/HJ20Ad01.html>>. Acessado em 18/11/2013.

CORPUS, Victor N. Striking the US where it hurts. America's Acupuncture Points. **Asia Times Online**. Outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.atimes.com/atimes/China/HJ19Ad01.html>>. Acessado em 19/09/2013.

DORNELLES JR., Arthur Coelho, CEPIK, Marco A. C. (orientador). **A questão de Taiwan: suas implicações políticas e militares para as relações entre Estados Unidos -Taiwan - China (1991-2004)**. 2006. 147p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações

Internacionais; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/10768>>. Acessado em: 01/11/2013.

ENGBARTH, Dennis. Cross-strait trade deal raises concerns in Taiwan. *China Business, Asia Times Online*. 7 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/China_Business/CBIZ-01-070813.html>. Acessado em: 03/11/2013.

EUA. Estados Unidos da América, Escritório do Secretário de Defesa. **Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2013**. Disponível em: <http://www.defense.gov/pubs/2013_China_Report_FINAL.pdf>. Acessado em: 15/11/2013.

EUA. Department of Defense. **Quadrennial Defense Review Report**. Fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.comw.org/qdr/fulltext/1002QDR2010.pdf>>. Acessado em: 05/09/2013.

EUA. Department of Defense. **Dictionary of Military and Associated Terms**. 31 de Janeiro de 2011.

FLIGHT GLOBAL. Flight International. **World Air Forces**. Special Report. 2013. Disponível em: <http://www.flightglobal.com/airspace/media/reports_pdf/empty/101015/world-air-forces-2013.pdf>. Acessado em: 15/11/2013.

FIRST cross-strait peace forum to be held in Oct. **CCTV.com**. 25 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://english.cntv.cn/program/newsupdate/20130925/103162.shtml>>. Acessado em: 17/11/2013.

GARVER, John W. **Face Off: China, the United States and Taiwan's democratization**. Seattle: University of Washington Press, 1997, 193p.

GLOBAL SECURITY. **Carrier Strike Group**. 2004. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/agency/navy/csg-intro.htm>>. Acessado em: 15/11/2013.

GLOBAL SECURITY. **Second Taiwan Strait Crisis: Quemoy and Matsu Islands**. 2011. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu-2.htm>. Acessado em: 19/11/2013.

GLOBAL SECURITY. **Amphibious Operations**. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/systems/ship/amphib-ops.htm>>. Acessado em: 17/11/2013.

GLOBAL SECURITY. **Destroyer Introduction**. 2013. Disponível em <<http://www.globalsecurity.org/military/systems/ship/dd-intro.htm>>. Acessado em: 19/11/2013.

HAMMES, T. X. Offshore Control vs. AirSea Battle: Who Wins? **The National Interest**. 21 de Agosto de 2013. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/commentary/offshore-control-vs-airsea-battle-who-wins-8920>>. Acessado em: 01/11/2013.

HEUER, Richards J. Strategic Deception and Counterdeception: A Cognitive Process Approach. **International Studies Quarterly**, Vol. 25, No. 2. Symposium in Honor of Hans J. Morgenthau, Jun., 1981, pp. 294-327

HU, Shaohua. Japan and the Cross-Taiwan Strait Conflict. **Journal of Chinese Political Science**, Vol. 11, No. 2 de Outono de 2006: 83-103.

IISS. **The Military Balance**. International Institute for Strategic Studies. 2010.

JANSEN, M. **The Making of Modern Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

JAPÃO. Ministério de Assuntos Exteriores. **Joint Statement U.S.-Japan Security Consultative Committee**. Washington DC, 19 de Fevereiro de 2005. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/security/scc/pdfs/joint0502.pdf>>. Acessado em: 01/11/2013.

KANG, David C., Why China's Rise will be Peaceful: Theory and Predictions in International Relations. **Perspectives on Politics**, vol. 3, N°. 3, 2005, pp. 551-54.

KANTER, M. M.; RIBEIRO, E. H.; FEDDERSEN, G. H. Maritime Sovereignty in East Asia. In: Iara Binta Lima Machado; Claudia Pfeifer Cruz; Isadora Loreto da Silveira. (Org.). **Exploring new possibilites: treasuring the past**. 1ed. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia - ISAPE, 2012, p. 29-57. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2012/UFRGSMUN-2012-ARF.pdf>>. Acessado em: 09/11/2013.

KASTNER, Jens. Friends and enemies blur for Taiwanese. **Asia Times Online**. 24 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www.atimes.com/atimes/China/NB24Ad02.html>>. Acessado em 08/10/2013.

KASTNER, Jens. Taiwan airlines target mainland's airspace. **Asia Times Online**. 12 de Fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/China_Business/NB24Cb01.html>. Acessado em: 19/09/2013.

KASTNER, Jens. Taiwan sets sight on becoming yuan hub. **Asia Times Online**. 5 de Abril de 2012. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/China_Business/ND05Cb01.html>. Acessado em: 30/10/2013.

KASTNER, Jens. Taiwan, kingmaker from the shore. **Asia Times Online**. 02 de Julho de 2011. Disponível em: <<http://www.atimes.com/atimes/China/MG02Ad01.html>>. Acessado em: 25/11/2013.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 675 p. ISBN 85-7001-557-7.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KRASNER, S. Introduction. In: KRASNER, S.; ROY, D.; LIN, C.-Y. **The Future of United States, China, and Taiwan Relations**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2011.

KREPINEVICH, Andrew; WATTS, Barry; WORK, Robert. Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge. **Center for Strategic and Budgetary Assessments**. Washington D.C.: CSBA, 2003. Disponível em: <<http://www.csbaonline.org/wp-content/uploads/2011/03/2003.05.20-Anti-Access-Area-Denial-A2-AD.pdf>>. Acessado em: 07/10/2013.

LAMS, Lutgard, LIAO, Xavier Li-wen. Tracing “Taiwanization” Processes in Taiwanese Presidential Statements in Times of Cross-Strait Rapprochement. **Journal of Current Chinese Affairs**, v.40, n.1, 2011. pp 63-98.

LEE, John. The Pentagon's plan for an air-sea battle with China. **China Spectator**. 21 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.businessspectator.com.au/article/2013/8/21/china/pentagons-plan-air-sea-battle-china>>. Acessado em: 20/10/2013.

LI, Chengong. Two-level games, issue politicization and the disarray of Taiwan’s cross-strait policy after the 2000 presidential election. **East Asia**, Vol. 22, No. 3 de 2005: 41-62.

LIFU, Chen. **The Storm Clouds Clear Over China: The Memoir of Ch’en Li-fu, 1900-1993**. Stanford: Hoover Press, 1994

LIN, Gang. Taiwan’s Power Reconfiguration and Its Impact on Cross-Strait Relations. **Journal of Chinese Political Science**, Vol. 6, No. 1 de 2000: 17-36.

MAGNO, Bruno. Relações China e Japão e seus recentes desdobramentos no âmbito da cooperação e integração regional. **Anais do I Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais**. 2012.

MARTINS, José Miguel Quedi, CEPIK, Marco A. C. (orientador). **Digitalização e guerra local: como fatores do equilíbrio internacional**. 2008. 327p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/14405>>. Acessado em: 19/11/2013.

MEARSHEIMER, John J. China's Unpeaceful Rise. **Current History**, Vol. 105, N°. 690, April 2006, pp. 160-162.

MEARSHEIMER, John J., Structural Realism, in DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve, (eds.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2006. pp. 71-88.

MEARSHEIMER, John J., The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**. 2010, Vol. 3, N°. 4.

MILITARY contacts to be considered as cross-Strait peace forum ends. **Shanghai Daily**. 13 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.shanghaidaily.com/national/Military-contacts-to-be-considered-as-crossStrait-peace-forum-ends/shdaily.shtml>>. Acessado em: 17/10/2013.

MURRAY, William; GOLDSTEIN, Lyle; ERICKSON, Andrew. **Chinese Mine Warfare: A PLA Navy 'Assassin's Mace' Capability**. Naval War College, China Maritime Studies, n.3. Newport: Naval War College Press, Junho 2009. ISBN: 978-1-884733-63-5. Disponível em: <http://www.usnwc.edu/Research---Gaming/China-Maritime-Studies-Institute/Publications/documents/CMS3_Mine-Warfare.aspx>. Acessado em: 05/11/2013.

MYERS, Ramon H.; LIN, Hsiao-ting. **Breaking with the Past: The Guomindang Central Reform Committee on Taiwan, 1950–52**. Stanford: Stanford Institution Press, 2007.

NAUGHTON, Barry. Economic Policy Reform in PRC and Taiwan. In NAUGHTON, Barry (ed.), **The China Circle: Economics and Electronics in the PRC, Taiwan and Hong Kong**. Washington, DC: Brookings Institute, 1997. pp. 81–110.

NEWS Analysis: One step closer to a global yuan. **People's Daily Online**. 22 de Abril de 2012. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/90778/7794753.html>>. Acessado em: 17/10/2013.

ONG, Janet, SUNG, Chinmei. Taiwan Opens 100 Industries to Chinese Investment. **Bloomberg**. 30 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=aFeN1SK55G7U>>. Acessado em: 05/11/2013.

PENGFEEI, Zhang. Background: Cross-Straits Forum. **CCTV.com**. 11 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.cctv.com/program/newshour/20090711/102860.shtml>>. Acessado em: 19/09/2013.

PINTO, Paulo A. P. **Taiwan: um futuro formoso para a ilha?** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

POON, Aries, LUK, Lorraine. China, Taiwan Sign Yuan-Clearing Deal. **Asia Markets, The Wall Street Journal**. 25 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424127887323539804578263451199261528>>. Acessado em: 17/10/2013.

RAND CORP. Employing Land-Based Anti-Ship Missiles in the Western Pacific. **Technical Report**. RAND Arroyo Center. 2013. ISBN: 978-0-8330-7792-9. Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/technical_reports/TR1300/TR1321/RAND_TR1321.pdf>. Acessado em: 15/11/2013.

REIS, João Arthur. ASEAN Way: O conteúdo ético da Integração Asiática. Anais do I **SEBREEI**. Porto Alegre: PPGEEI, 2012.

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Texto & Grafia, 2012. ISBN: 9789898285553

ROMBERG, Alan. Chen risks Taiwan-US chill. **Asia Times Online**. 22 de Fevereiro de 2006. Disponível em: <<http://www.atimes.com/atimes/China/HB22Ad01.html>>. Acesso em 22/10/2013.

ROSS, Robert S. The 1995-96 Taiwan Strait Confrontation: coercion, credibility and the use of force. **International Security**. Fall 2000, pp. 87-123.

ROSS, Robert S. Balance of Power Politics and the Rise of China: Accommodation and Balancing in East Asia. **Security Studies**, v. 15, n. 3, p. 355-395, 2006.

SCHRIVER, Randall. **U.S. Policy Toward Taiwan**. 26 de Março de 2008.

SCHUBERT, Gunter. Taiwan's Political Evolution from Authoritarianism to Democracy and the Development of Cross-Strait Relations. In: **European Perspectives on Taiwan**, por Jens Damm & Paul Lim, 66-83. Berlim: Springer, 2012.

SHAMBAUGH, David. China Engages Asia: Reshaping the Regional Order. **International Security**, Vol. 29, N° 3, 2005, pp. 64-99.

SILVA, I. C. D. Capacidade Estatal: Democracia e Poder na Era Digital. **Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia**, 2012. Disponível em: <<http://isape.wordpress.com/category/edicoes-isape-debate/capacidade-estatal/>>. Acesso em: 01 Agosto 2013.

STIWELL, Joseph W. **The Stillwell Papers**. South Boston: De Capo Press, 1991. 357p. ISBN: 978-0306804281.

SUI, Cindy. Trade deal casts shadow on Taiwan. **Asia Times Online**. 5 de Agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.atimes.com/atimes/China/LH05Ad01.html>>. Acessado em 13/11/2013.

STRATFOR. US Navy's Aegis and Missile Defense (Dispatch). [vídeo online] **Stratfor**, 2012. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=FKHZ3FIXEIk>>. Acessado em: 01/11/2013.

STRATFOR. Media Center. **U.S. Naval Update Map**: Oct. 31, 2013. 30 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.stratfor.com/image/us-naval-update-map-oct-31-2013>>. Acessado em: 15/11/2013.

SUN, Yu-Huay, CHEN, Sharon. Taiwan's Prodigal Companies Return as China Costs Rise. **Bloomberg**. 26 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2013-06-25/taiwan-s-prodigal-companies-come-home-as-china-labor-costs-rise.html>>. Acessado em: 18/09/2013.

SUNG, Yun-Wing. **The Emergence of Greater China: The Economic Integration of Mainland China, Taiwan and Hong Kong**. 229p. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2005. ISBN: 0-333-71502-0.

SUTTER, R. Taiwan's Future: Narrowing Straits. **The National Bureau of Asian Research**, 2012. Disponível em:

<<http://www.nbr.org/publications/element.aspx?id=497#.UiSSXhtQHXU>>. Acesso em: 01 Maio 2013.

TAIWAN military says China able to invade by 2020. **Agence France-Presse**. 8 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5hs7g5uReCcBZauFdjI6viJYeotqQ?docId=db1a63f2-e97f-43b9-9326-ff75aac05645&hl=en>>. Acessado em: 28/11/2013.

TAIWAN to study possible CECA with China. **The China Post**. 14 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.chinapost.com.tw/taiwan/china-taiwan-relations/2009/02/14/195998/taiwan-to.htm>>. Acessado em: 22/10/2013.

TAIWAN. Mainland Affairs Council. **Background Briefing on the "Cross-Strait Trade in Services Agreement" Minister's Speech**. 27 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.mac.gov.tw/ct.asp?xItem=104818&ctNode=7438&mp=191>>. Acessado em: 30/10/2013.

TAIWAN. Ministry of National Defense, Republic of China. **National Defense Report**. 2013. Disponível em: <<http://report.mnd.gov.tw/en/pdf/all.pdf>>. Acessado em: 25/11/2013.

TAIWAN. Taiwan Documents Projects. **Mutual Defense Treaty between the United States of America and the Republic of China**. 8 de Setembro de 1954. Disponível em: <<http://www.taiwandocuments.org/mutual01.htm>>. Acessado em: 07/10/2013.

TILLY, C. **Democracy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.

TRADING ECONOMICS. **Taiwan GDP**. 2013. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/taiwan/gdp>>. Acessado em: 17/10/2013.

TSAI urges government to seek consensus on CECA. **Taipei Times**. 15 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.taipetitimes.com/News/front/archives/2009/02/15/2003436155>>. Acessado em: 20/10/2013.

U. S. NAVY. United States Navy Fact File. Aircraft Carriers – CVN. Chief of Information, **Official Website of the United States Navy**. 20 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.navy.mil/navydata/fact_display.asp?cid=4200&tid=200&ct=4>. Acessado em: 13/11/2013.

VISENTINI, P. G. F. Prefácio. In: PINTO, P. A. P. **Taiwan - um futuro formoso para a ilha?** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005. p. 9-10.

VISENTINI, P. G. F., PEREIRA, A. D., MARTINS, J. M., RIBEIRO, L. D., GROHMANN, L. G. **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

WADE, Robert. **Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization**. Princeton: Princeton University Press, 2003. Disponível em: <<http://press.princeton.edu/chapters/i4724.pdf>>. Acessado em: 05/09/2013.

WALT, Stephen. Offshore balancing: An idea whose time has come. **Foreign Policy**. 2 de novembro de 2011. Disponível em: <http://walt.foreignpolicy.com/posts/2011/11/02/offshore_balancing_an_idea_whose_time_has_come>. Acessado em: 28/11/2013.

WANG, Jianwei. United States and Evolving Cross-Strait Relations. **Journal of Chinese Political Science**, 1 de Outubro de 2010: 351-369.

WONG, Seanon. Economic Statecraft Across the Strait: Business Influence In Taiwan's Mainland Policy. **Asian Perspective**, Vol. 29, No. 2 de 2005: 41-72.

WONG, Joseph. The Adaptive Developmental State in East Asia. **Journal of East Asian Studies**, v.4, 2004, pp.345-362.

WORTZEL, Larry; SCOBELL, Andrew; BURKITT, Laurie. The Lessons of History: The Chinese People's Liberation Army at 75. **Strategic Studies Institute**. Julho de 2003. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub52.pdf>>. Acessado em: 27/09/2013.

WU, C. L. Local factions and the Guomindang in Taiwan's electoral politics. **International Relations of the Asia-Pacific**, Oxford, v. 3, p. 89-111, 2003.

YINGJIU, Ma. **Taiwan's Renaissance**. Discurso inaugural de posse. Proferido em 21 de maio de 2012, Taipei. Disponível em: <<http://www.chinapost.com.tw/taiwan/national/national-news/2008/05/21/157332/p1/Full-text.htm>>. Acessado em: 30/10/2013.

XIUZHUAN, Shi. US concerned about WHO restrictions on Taiwan. **Taipei Times**. 9 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.taipeitimes.com/News/front/archives/2013/05/09/2003561816>>. Acessado em: 27/09/2013.